

28 ABR 2014

»JUDICIÁRIO GAZETA DO POVO

# Produtividade do TJ-PR melhora, mas há desequilíbrio entre 1.º e 2.º graus

Em 2013, juízes paranaenses conseguiram ter um número maior de processos sentenciados do que a quantidade de ações distribuídas no mesmo ano

Taiana Bubniak

Dois índices usados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para medir a produtividade do Judiciário mostram que o desempenho do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) melhorou de 2012 para 2013. As duas estatísticas medem situações distintas, contudo podem indicar que algumas medidas de gestão da Justiça são efetivas para torná-la mais célere, como a criação de cargos de assessores para os juízes de direito. Porém, os números apontam também para um desequilíbrio: servidores e magistrados do primeiro grau de jurisdição — menos estruturada e com maior volume de processos — produziram mais do que quem está na instância recursal, que possui o maior orçamento.

## Grande porte

Embora em 2012 os juízes paranaenses tenham tido os piores resultados entre os tribunais de grande porte quando é averiguada a produtividade por magistrado e servidor, dados de 2013 mostram que houve mudanças. No ano passado, os magistrados do Paraná se saíram bem no cumprimento da Meta 1 do CNJ, cujo objetivo é ter um número maior de processos sentenciados do que a quantidade de novos processos distribuídos no mesmo ano.

Uma possível explicação para a mudança é que, desde 2013, os juízes passaram a contar com dois cargos em comissão para bacharéis em direito e estagiários. “Além disso, diante da pressão do CNJ, os magistrados, em regra, se preocupam com a produtividade individual, que pode ser consultada pelos colegas e por toda a sociedade”, aponta a presidente da Associação dos Analistas Judiciários (Anjud), Patrícia dos Reis.

Em 2013, foram distribuídos 797.325 processos em todas as instâncias do Judiciário paranaense, e julgados, 892.373. A diferença mostra que a Meta 1 do CNJ foi cumprida em 111%. “Os dados indicados demonstram que houve sim melhora na prestação

jurisdicional. O que se espera é que o aumento da produtividade dos magistrados esteja aliado à qualidade do que foi produzido”, comenta o professor de Direito Civil da Unicuritiba, Sandro Gilbert.

## Metas

O Tribunal de Justiça do Paraná comemorou o resultado e disse, em nota, que o resultado foi obtido “em decorrência do elogiável esforço dos magistrados paranaenses”.

Já a representante da Anjud diz que o resultado positivo dos juízes pode influenciar, futuramente, o trabalho nos cartórios. Ela explica que a lei que instituiu os cargos auxiliares para os magistrados permitiu que fossem “levados” para o gabinete servidores concursados. “Temos que o magistrado ganhou no mínimo três pessoas para lhe ajudar na análise dos processos. É um grande avanço necessário, pois o magistrado sozinho não consegue julgar tudo, mas, quando o juiz leva para o gabinete um servidor efetivo, ele desfalca o cartório; pois o tribunal não está repondo esse servidor”, diz Patrícia.

De acordo com ela, isso pode fazer com que, ao longo do tempo, o magistrado acabe despachando mais do que o cartório é capaz de produzir, gerando um descompasso na prestação do serviço do Judiciário.

CONTINUA

28 ABR 2014

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### PRODUÇÃO

Enquanto os juízes têm o menor indicador de produtividade entre os cinco tribunais de grande porte, os funcionários ficaram em segundo lugar entre os tribunais mais eficientes na relação de processos baixados por número de servidor. Veja os indicadores da Justiça Estadual:

#### Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM)

	IPM 1ª instância	IPM 2ª instância	IPM Total
Rio de Janeiro	3.384	1.046	2.919
Rio Grande do Sul	2.200	2.756	2.313
São Paulo	2.282	1.380	2.172
Minas Gerais	1.560	1.567	1.603
Paraná	1.573	519	1.366

#### Índice de Produtividade dos Servidores (IPS)

	IPS 1ª instância	IPS 2ª instância	IPS Total
Rio Grande do Sul	224	355	218
Paraná	275	51	195
Rio de Janeiro	167	117	148
São Paulo	140	148	123
Minas Gerais	111	123	102

#### Cumprimento da Meta 1/2013

Paraná	797.325 Processos distribuídos	892.373 Processos julgados	111,9%
Rio de Janeiro	1.529.565	1.488.442	97,3%
Minas Gerais	1.587.836	1.350.246	85,0%
Rio Grande do Sul	1.295.338	1.099.938	84,9%
São Paulo	2.601.175	1.913.088	73,6%
Total (Brasil)	12.983.101	11.378.026	87,6%

Fonte: CNJ. Infografia: Gazeta do Povo.

## CONTINUAÇÃO

R\$ 800

É a diferença na remuneração entre servidores do primeiro e do segundo graus de jurisdição do Tribunal de Justiça do Paraná, que tiveram os mesmos requisitos para entrada no cargo efetivo. De acordo com levantamento do CNJ, os funcionários do primeiro grau têm maior produtividade que os do segundo, apesar de terem menos infraestrutura de trabalho e menores salários.

CONTINUA

28 ABR 2014

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

## DESCOMPASSO

**Apesar de melhor desempenho, 1.º grau tem salário menor**

O Índice de Produtividade dos juízes e dos servidores do TJ-PR foi maior no primeiro grau de jurisdição do que no segundo. Contudo esse melhor desempenho não pode ser explicado nem por maiores investimentos nem por salários mais atraentes. Apesar de produzir mais, o quadro funcional da primeira instância recebe menos do que o da segunda, o que causa um desequilíbrio na remuneração desses funcionários. No Paraná, a diferença salarial entre servidores que possuem o mesmo grau de escolaridade como requisito de ingresso na carreira mas que trabalham em diferentes esferas jurisdicionais chega a R\$ 800. Além disso, o primeiro grau concentra cerca de 90% dos processos, de acordo com o CNJ. Mas o investimento não é feito na mesma proporção, tanto é que esse desequilíbrio motivou uma ação do órgão do conselho, que, em fevereiro, promoveu audiência pública para tratar da gestão dos tribunais e do investimento no setor. Essa boa colocação dos servidores do primeiro grau no Índice de Produtividade de Servidores (IPS) indica que o perfil dos funcionários mudou, de acordo com a presidente da Associação dos Analistas Judiciários (Anjud), Patrícia dos

Reis. "Os funcionários que ingressaram no tribunal desde 2009 são, em geral, pessoas que querem fazer com que os processos tramitem e que entram com uma mentalidade de profissionalização do serviço público", comenta.

Ela conta que o índice foi bem recebido nos fóruns, mas acentuou os questionamentos acerca da remuneração de servidores. "A desigualdade para os cargos com a mesma exigência desanima o servidor e acaba fazendo com que a colocação seja trampolim para outros concursos. O trabalho e o resultado poderiam ser melhores se o servidor fosse incentivado a fazer carreira no tribunal", ressalta Patrícia.

De acordo com a Anjud, a equiparação salarial seria essencial até porque é no primeiro grau que está a maior sobrecarga de trabalho e onde a estrutura física é mais deficitária. (TB)

**“Os dados indicados demonstram que houve melhora na prestação jurisdicional. O que se espera é que o aumento da produtividade esteja aliado à qualidade do que foi produzido.”**

Sandro Gilbert, professor de Direito Civil da Unicuritiba.

CONTINUA

28 ABR 2014

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### DIFERENÇA

#### Juízes do PR têm o pior índice entre os maiores tribunais estaduais

O Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) do TJ-PR é o menor entre os cinco tribunais que compõem o grupo chamado de grande porte. A produção dos servidores também foi avaliada e, nesse quesito, o estado figura como o segundo que mais produz. Essa diferença na produção de juízes e funcionários não significa que faltam juízes, segundo especialistas.

A especialista em Administração da Justiça e professora da PUC-PR Claudia Maria Barbosa diz que os dados revelam uma situação grave. "Embora a decisão final ocorra, via de regra, apenas na segunda instância, onde a revisão da sentença favoreceria a segurança jurídica e a certeza da decisão, a complexidade do andamento do processo é muito maior em primeiro grau, quando são feitas as audiências de instrução, a coleta de provas e outras medidas", comenta.

O que os números divulgados revelam em desfavor do Paraná é que o desequilíbrio se verifica na produtividade do segundo grau, cujos números só não são inferiores aos dos estados do Norte do país, que possui tribunais de pequeno porte. "De outro lado, a produtividade dos servidores é das maiores do país, o que pode indicar que os investimentos feitos em capacitação têm trazido resultados; que ferramentas tecnológicas são usadas de

forma muito mais intensa pelos servidores; ou, ainda, que existe um controle efetivo sobre o trabalho dos servidores", afirma.

O TJ-PR se pronunciou sobre a pesquisa apenas por meio de nota. No texto, o órgão diz que o índice de produtividade do segundo grau está equivocado e que ficou abaixo da média nacional porque foi produzido levando em conta tanto os magistrados efetivos quanto os juízes de segundo grau substitutos; e que estes não deveriam entrar na conta. "A divulgada baixa produtividade da segunda instância não corresponde à realidade e decorre apenas da divergência de número de julgadores de segundo grau", explica a nota oficial do órgão. (TB)

28 ABR 2014

GAZETA DO POVO

# Para aliviar contas de Richa, base cogita tirar verbas de TJ, MP e TC

Orçamento de outros órgãos pode ser reduzido para melhorar situação do Executivo. Ideia é adiar votação de LDO para depois da eleição

| *Euclides Lucas Garcia*

“O governo vai ter de cortar na carne, senão vai explodir. As coisas vão se tornar ingovernáveis.” A frase de um dos mais importantes deputados da base aliada do governo do Paraná na Assembleia Legislativa tem relação direta com as discussões em torno da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2015. Alertados pelo Palácio Iguaçu sobre o nível preocupante a que teriam chegado as finanças do estado, os parlamentares estudam duas hipóteses, que podem abrir uma guerra institucional entre os poderes. Uma — já tentada no ano passado, sem sucesso — é reduzir o valor do repasse a órgãos de outros poderes. A outra é segurar a votação da LDO até a eleição do novo governador.

Os principais parlamentares governistas na Casa evitam falar do tema publicamente, mas nos bastidores não escondem a preocupação com as finanças do estado. Um deles admite que, no

cenário atual, “será difícil” garantir o pagamento das duas folhas do funcionalismo no final do ano — dezembro e 13.º salário —, que somaram cerca de R\$ 2,4 bilhões em 2013 e só foram pagas por meio do corte de obras e de várias despesas.

Outro deputado critica os sucessivos benefícios, como auxílio-saúde, alimentação e moradia, que TJ e MP vêm se autoconcedendo nos últimos anos, graças ao aumento substancial de recursos orçamentários. “Os outros poderes são ricos, menos o Executivo”, ironiza um deputado.

## Buscando saídas

É unanimidade entre os parlamentares que parte das dificuldades de caixa se deve a um erro cometido pelo governo e pela própria Assembleia em 2010. Na ocasião, a pedido do Tribunal de Justiça (TJ) e do Ministério Público (MP), o Fundo de Participação dos Estados (FPE) foi incluído na base de cálculo do porcentual de repasse obrigatório aos outros poderes, mesmo sem haver nenhuma exigência legal nesse sentido.

Em 2013, houve uma tentativa de retirar o FPE do texto. Diante da pressão recebida como resposta, o Executivo e os parlamentares recuaram. Agora, porém, a ideia tem grandes chances de ser retomada. A estimativa é que, com a medida, MP, TJ, Assembleia e Tribunal de Contas perderiam, pelo menos, R\$ 403,1

milhões no ano que vem (veja quadro). A portas fechadas, entretanto, os deputados afirmam que seria preciso “coragem” para bater de frente com os outros órgãos. “Depois de conquistado um benefício, fica muito difícil tirar. Imagina a briga que isso daria”, projeta um parlamentar.

A saída, então, seria adiar a votação da LDO até a escolha do novo governador, em outubro. Recém-eleito, o chefe do Executivo teria mais “cacife e margem de manobra” para comandar essa negociação.

**CONTINUA**

# 28 ABR 2014

## GAZETA DO POVO

### CONTINUAÇÃO

### JOGO FINANCEIRO

Com dificuldades de caixa, o governo articula com os deputados a retirada do FPE da base de cálculo do percentual de repasse obrigatório aos outros poderes. A medida tiraria dos outros órgãos pelo menos R\$ 403,1 milhões no ano que vem.

Órgão	Índice na LDO	Orçamento com FPE	Orçamento sem FPE	Diferença
Assembleia	3,1%	R\$ 627,4 milhões	R\$ 560,2 milhões	R\$ 67,1 milhões
Tribunal de Contas	1,9%	R\$ 384,5 milhões	R\$ 343,3 milhões	R\$ 41,1 milhões
Tribunal de Justiça	9,5%	R\$ 1,9 bilhão	R\$ 1,7 bilhão	R\$ 205,9 milhões
Ministério Público	4,1%	R\$ 829,8 milhões	R\$ 740,9 milhões	R\$ 88,8 milhões

Fonte: Redação.

### RESTRIÇÕES

#### Manobra desejada por parlamentares vai contra a legislação

A estratégia dos deputados de adiar a votação da LDO para depois da eleição ao governo do estado pode esbarrar na legislação em vigor. De acordo com o artigo 22 das disposições transitórias da Constituição do Paraná, o primeiro semestre é o prazo máximo para sanção governamental das diretrizes orçamentárias. Além disso, o artigo 2 do regimento interno

da Assembleia Legislativa estabelece de forma clara que, sem aprovar a LDO, a Casa não pode entrar em recesso parlamentar a partir do dia 30 de junho.

Soma-se a isso o fato de a Lei Orçamentária Anual (LOA) usar como base a LDO. Pela Constituição do estado, a LOA precisa ser enviada ao Legislativo no máximo até 30 de setembro. Portanto, ainda que a eleição para governador fosse decidida em primeiro turno, no dia 5 de outubro, os prazos constitucionais já estariam extrapolados. **(ELG)**

### O QUE É?

A LDO é a lei que estima as receitas do estado e define de maneira genérica as políticas públicas para o ano seguinte – para 2015, a estimativa paranaense é de R\$ 39,8 bilhões. O detalhamento dos recursos que serão aplicados e dos programas de governo é feito posteriormente na Lei Orçamentária Anual (LOA).

## "Os outros poderes são ricos, menos o Executivo."

Deputado estadual da base do governo Beto Richa (PSDB).

28 ABR 2014

» JUSTIÇA

GAZETA DO POVO

# A partir de 2015, ficará mais fácil processar o Estado

Prazo determinado para que tribunais estaduais se estruturassem para receber demandas de até 60 salários mínimos termina em dezembro

Diego Ribeiro

▮ A partir de 2015, os paranaenses que se sentirem lesados poderão acionar estado e municípios na Justiça de forma mais rápida e com uma variedade maior de assuntos nos juizados especiais da Fazenda Pública. Em dezembro deste ano termina o prazo de cinco anos dado aos tribunais de justiça estaduais pela Lei Federal 12.153/2009 — que criou esses juizados — para que eles se reestruturassem a ponto de receber a nova demanda de forma adequada.

Atualmente, a população pode ingressar nos juizados especiais da Fazenda Pública nas causas de valor até 40 salários mínimos em apenas quatro assuntos: multas de trânsito, transferências de veículos, impostos (ICMS e IPTU), e pedidos de medicamentos e tratamentos de saúde. Com as novas regras, serão aceitas causas no valor de até 60 salários mínimos e uma gama maior de matérias.

A decisão de limitar os temas dos juizados especiais nesse período de adaptação foi do próprio Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), oficializada na resolução 10/2010. A Lei Federal 12.153/2009 deixou a cargo dos tribunais restringirem as competências dos juizados enquanto pudessem se adequar à nova realidade. Em Goiás e Sergipe, os tribunais seguiram outro caminho e atendem a população plenamente nessa área desde 2009.

O fim do prazo colocará à prova o planejamento do TJ-PR para atender uma possível demanda reprimida. Muitas pessoas têm deixado de ingressar com ações nas varas da Fazenda Pública porque não têm a mesma rapidez dos juizados especiais. Com a nova possibilidade, a tendência é de que novas ações surjam elevando as demandas para os juízes e as ações indenizatórias contra estado e municípios.

Nesse cenário, o Comitê de Gestão Estratégica do TJ-PR, centralizado na 2.ª vice-presidência, tem trabalhado desde 2009 para tentar definir que caminho tomará até o fim deste ano. Em entrevista à Gazeta do Povo, o juiz auxiliar Helder Taguchi explicou que o tribunal deve finalizar um estudo em junho que determinará se serão criados juizados especiais da Fazenda Pública com

estrutura nova ou se um juizado já existente terá sua competência transferida. Segundo o magistrado, ainda é difícil saber se haverá uma onda de ações reprimidas.

A vantagem da criação de uma estrutura nova será a celeridade dos processos. Já a outra opção poderá sobrecarregar juízes. Segundo Taguchi, por lei, o prazo termina mesmo em junho de 2015, pois é direito do tribunal ter ainda mais seis meses de fôlego.

**CONTINUA**

28 ABR 2014

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

## OQUEDIZALEI

Pela 12.153/2009, que começará a valer plenamente a partir de junho de 2015, será de responsabilidade dos juzados especiais de Fazenda Pública o andamento de ações contra estados e municípios no valor de até 60 salários mínimos, exceto nos casos de:

- Ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, por improbidade administrativa, execuções fiscais e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos;
- Causas sobre bens imóveis dos estados, Distrito Federal, territórios e municípios, autarquias e fundações públicas a eles vinculadas;
- E causas que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou sanções disciplinares aplicadas a militares.

CONTINUA



28 ABR 2014

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

## 2.504 AÇÕES

é total existente no Juizados Especiais de Fazenda Pública no Paraná hoje. Em Curitiba, há 597. O dado é de 9 de abril deste ano. Goiânia, cidade onde a adequadas da área já foi feita e a quantidade de habitantes é semelhante a de Curitiba, recebeu 9.654 ações em 2013.



Juizados especiais de Fazenda Pública, em Curitiba. Especialistas falam em demanda reprimida.

CONTINUA

## CONTINUAÇÃO

**Em Curitiba,  
demanda  
reprimida pode  
chegar a 90%**

As causas contra estado e municípios não chegam a representar 1% da demanda atual dos juizados especiais no Paraná. Por isso, o número pode reforçar a tendência de demanda reprimida, assim como levanta a desconfiança do TJ-PR também para a inexistência dela. Com a dificuldade em saber se haverá ainda mais demanda, o TJ-PR tem tentado estabelecer parâmetros para tomar a decisão mais acertada. Para isso, tem comparado Curitiba com outras cidades.

Em 2013, o total de ações em juizados especiais da Fazenda Pública representou apenas 10% do que foi ingresado nos juizados de Goiânia, que tem competência plena na área desde 2009. Com base nessa comparação, há chances de que aumente em 90% a demanda em Curitiba.

Como casos da Fazenda Pública possibilitam a tutela antecipada, aumenta em mais um o número de recursos possíveis durante o processo, no caso o agravo de instrumento. Por isso, o Comitê de Gestão Estratégica do TJ-PR já sugeriu a criação de mais oito vagas de juizes para as turmas recursais.

### Debate nacional

A demanda reprimida dos juizados especiais de Fazenda Pública será um dos focos do debate do Fórum Nacional dos Juizados Especiais (Fonaje), que ocorrerá entre 21 e 23 de maio em Foz do Iguaçu. “Essa questão é de interesse de todo o Brasil, que tenta imaginar qual vai ser essa demanda”, afirma o juiz auxiliar da 2.ª vice-presidência do TJ-PR, Helder Taguchi. (DR)

28 ABR 2014

# GAZETA DO POVO

## BENEFICIADO

### Sem receber por aula, PM acionará juizado

Um oficial da Polícia Militar (PM) do Paraná, que preferiu não se identificar, será um dos possíveis beneficiados com o fim do prazo estipulado pela Lei 12.153/2009 aos tribunais estaduais. Atualmente, a resolução 10/2010 do TJ-PR impossibilita que ele cobre no juizado especial da Fazenda Pública o que o estado lhe deve. Ele dá aula em curso de alunos da PM, mas há um ano não recebe por isso. “Se eu entrar na vara comum da Fazenda Pública, nem meus bisnetos vão receber”, diz,

referindo-se à lentidão da Justiça comum.

O policial crítica a demora para o TJ-PR se adequar à legislação federal que amplia as possibilidades da população processar o Estado nos juizados especiais de Fazenda Pública. Para ele, o tribunal não precisaria de cinco anos para isso. “Quero deixar claro que, se houve motivo de adequação do tribunal naquela época, para que fosse tomada essa providência que prejudicou e limitou severamente o direito de ação do povo, esse motivo já deveria ter sido solucionado há algum tempo”. (DR)

## ANÁLISE

O vice-presidente da seccional da Ordem dos Advogados do Brasil no Paraná (OAB-PR), Cássio Telles, acredita que o fim do prazo de cinco anos ampliará o acesso da população ao Judiciário. “Causas antes não propostas agora serão ingressadas na Justiça. A demanda vai aumentar”, diz Telles. Segundo ele, os juizados especiais são de fundamental importância para o acesso da população à Justiça por permitirem processos mais simples e rápidos. Para Telles, a estrutura atual não conseguirá atender a nova demanda e será preciso criar juizados exclusivos para a Fazenda Pública. (DR)

28 ABR 2014

» DIREITOS HUMANOS

GAZETA DO POVO

# Brasil não se preparou para proteger suas crianças no Mundial

## 1,9 MIL PONTOS VULNERÁVEIS

para exploração sexual de crianças e adolescentes já foram identificados nas estradas que conectam as 12 sedes da Copa, em um mapeamento que vem sendo elaborado pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) desde 2013. No levantamento anterior, referente aos anos de 2011 a 2013, foram 1.776 pontos em um total de 70 mil quilômetros de rodovias federais.

Redes de assistência e combate à exploração sexual infantil de algumas das cidades-sedes não tiveram tempo hábil nem incentivo para se organizar

Daqui a menos de 50 dias começa a Copa do Mundo, e 600 mil estrangeiros deverão desembarcar no país e se somar aos três milhões de brasileiros que, segundo o Ministério do Turismo, se deslocarão entre as 12 cidades-sede durante o evento. O campeonato vai aquecer a economia e mudar a rotina do país, mas também deve deixar crianças e adolescentes brasileiros ainda mais vulneráveis à exploração sexual.

Em diversas cidades do Brasil, já há sinais da ação de aliciadores de menores — pessoas dispostas a montar pequenos exércitos capazes de saciar a demanda por sexo.

Em São Paulo, o Ministério Público estadual investiga a atuação de aliciadores de crianças e adolescentes na região da Arena Corinthians, estádio que ficou mais conhecido como Itaquerão e que servirá de palco à abertura da Copa do Mundo, no dia 12 de junho.

Em Cuiabá, a Polícia Civil investiga de forma sigilosa uma rede que percorre a periferia da cidade e oferece aos jovens da região salários tidos como irrecusáveis. Para ficar à disposição de turistas interessados em sexo durante 15 dias — mais precisamente entre 10 e 25 de junho, quando a cidade sedia partidas de futebol —, crianças e adolescentes têm recebido ofertas que oscilam entre R\$ 10 mil e R\$ 15 mil.

Enquanto esse cenário ganha força, as redes de combate à exploração sexual infanto-juvenil durante a Copa ainda não estão consolidadas.

Em São Paulo, o comitê local só foi criado no fim do ano passado, e seu plano de enfrentamento ainda não está

pronto. A expectativa da prefeitura, que coordena os trabalhos na área, é de que o documento só seja finalizado na primeira quinzena de maio.

“As reuniões do comitê estão acontecendo. O trabalho está sendo desenvolvido, mas já deveria estar pronto. Era hora de a gente estar testando a rede, e não estamos”, lamenta a promotora de Defesa dos Direitos Difusos e Coletivos na Infância e Juventude de São Paulo, Fabiola Moran Faloppa.

“Nossa rede é frágil. Os conselhos tutelares existentes são insuficientes, e os técnicos não estão preparados para atender a casos de exploração sexual infantil”, afirma Denise Cesario, gerente executiva de Programas e Projetos da Fundação Abrinq.

Em Cuiabá, o coordenador da Comissão Estadual de Segurança de Grandes Eventos, coronel Joelson Sampaio, informa que não foi adotada ação específica para combater a prostituição infanto-juvenil durante a Copa, mesmo sendo a cidade uma das 12 sedes do evento.

Mas registros internacionais indicam que o aumento da exploração sexual de crianças e adolescentes antes e durante os chamados megaeventos é um fato. Na África do Sul estima-se que os casos subiram 30% em função do Mundial. Isso não deveria, portanto, pegar de surpresa nenhuma autoridade brasileira.

**CONTINUA**

28 ABR 2014

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

## PERIGO

**Exploradores têm  
maneiras diversas  
de agir, diz deputada**

Relatora da CPI da Exploração Sexual Infantil, a deputada federal Liliam Sá (PR-RJ) esteve, no ano passado, em algumas das cidades-sede da Copa. Em São Paulo, ao redor do Itaquerão – exatamente onde o MP atua –, viu crianças de 10, 11 e 12 anos sendo exploradas sexualmente. Em Brasília, encontrou meninos de 10 a 16 perto das rodoviárias. “Eles contam que, no dia do pagamento dos servidores, recebem até R\$ 1,5 mil porque o movimento é alto”. Em Recife, Liliam conta que meninos e meninas ficam nas ruas que são transversais à praia e também perto das rodovias. “Em Manaus, nós sabemos de programas feitos até em jet ski.”

# GAZETA DO POVO

GEROLDO AUGUSTO HAUER

28 ABR 2014

## Rigor da penhora on-line

### ARTIGO

(GEROLDO AUGUSTO HAUER – G. A. HAUER ADVOGADOS ASSOCIADOS, sócio fundador geroldo@gahauer.com.br)

**A** surpresa da aplicação de penhora *on-line* em contas bancárias tem causado transtornos e prejuízos a empresas. Mas seu uso recebe firme apoio dos Tribunais.

Instrumento moderno, a sua efetivação tem levado empresários ao desespero quando atinge disponibilidades reservadas ao pagamento de folha salarial, tributos mensais ou mesmo obrigações a pagar por compra de matéria prima ou reposição de estoques de mercadorias prontas.

O mandato judicial para uma *on-line* é dirigido para o Banco Central e redirigido para todos os bancos do país, atingindo as filiais deste nas quais a firma penhorada mantém conta-corrente. Acontecem situações injustas, que necessitam providências imediatas para anular a penhora. Podem ser exemplificadas com as contas alimentadas pelo INSS com o pagamento da aposentadoria (pessoas físicas, óbvio). Ou recursos economizado para no fim do mês (pior ainda, fim do trimestre) serem pagos os impostos, sob pena de multas, juros e acréscimos (pessoas jurídicas). É preciso provar no processo do qual se originou o bloqueio, a origem e finalidade do

depósito e, além do mais, contar com compreensão do julgador para contenção aos limites efetivos da garantia do débito qualificado. Sem isso, poderá ser provocado um injusto dano capaz de colocar em definitivo risco de continuação do funcionamento da empresa ou, quando pessoa física, atingir a obtenção dos habituais meios de sobrevivência.

Se é um “dispositivo traiçoeiro” a serviço do credor, ou se é uma ordem judicial que, como tal, é rigorosa, os Tribunais apoiam seu emprego. E desmistificam a adjetivação pejorativa, por ser mecanismo previsto em lei.

Não só por ser permitida nos artigos processuais, mas também dando formato a decisões contra o devedor – como afirmado no Recurso Especial 1.195.976 – RN, Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, tendo como Relator o Ministro João Otávio de Noronha, voto seguido por unanimidade – vê-se que a tendência é considerar o devedor conhecedor do montante da dívida, como principalmente sabedor do risco de sofrer tal tipo de penhora. A ciência seria pelo valor original do título, ou pelo valor do cumprimento de sentença contra ele, dispensando a prévia intimação: “ (...) A lavratura do auto de penhora ou de sua redução a termo, com posterior intimação da parte executada para, querendo apresentar impugnação, assegura-lhe

o conhecimento da exata identificação do bem sobre o qual recaiu a constrição. Havendo penhora *on-line*, não há expedição de mandado de penhora e de avaliação, uma vez que a constrição recai sobre numerário encontrado em conta-corrente do devedor, sendo desnecessária diligência além das adotadas pelo próprio magistrado por meio eletrônico. (...) ”

Isto pode ser verdadeiro nas investidas fazendárias, em que a peça inicial é a intimação para pagamento ou defesa, trazendo as especificações do pretendido débito. Mas nem sempre assim será, quando envolvido o penhorado como terceiro por força de um aval ou fiança, ou então, numa questão trabalhista derivada de empresa para empresa sem conhecimento do desfecho da impugnação da primeira delas. Cada caso é um caso, mormente quando frente a presunções. A anulação dessas constrições, que então se impõem, depende de requerimentos e provas, importando na prática em delongas.

28 ABR 2014

# GAZETA DO POVO

**Justiça ordena que  
irmã de Bernardo  
fique com a tia**

A Justiça do Rio Grande do Sul aceitou o pedido do Ministério Público e determinou que o bebê de um ano e seis meses, irmão do menino Bernardo Boldrini, 11, assassinado em Frederico Westphalen, no noroeste gaúcho, em 4 de abril, fique com a tia materna. A ordem foi dada nesse sábado, um dia depois de a promotora da Infância e Juventude da cidade gaúcha de Três Passos, Dinamércia Maciel de Oliveira, protocolar uma medida cautelar protetiva para que Leandro Boldrini, de 38 anos, e Graciele Ugolini, de 32, perdessem a guarda da filha. Os dois estão presos, suspeitos de participação no assassinato de Bernardo, junto com a amiga do casal Edelvania Wirganovicz, de 40. As famílias de Graciele e Leandro disputam a guarda do bebê.

27 ABR 2014

# GAZETA DO POVO

» EQUIVOCO OFICIAL

## Governo desiste de recurso no caso TC

### Governo contesta Camargo no TJ, mas volta atrás

Primeiro o governo do Paraná recorreu da decisão que reconduziu Fabio Camargo ao cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado e, no dia seguinte, desistiu da medida. A Procuradoria-Geral do Estado classificou como um equívoco o agravo em que contestava a liminar que permitiu a volta do ex-conselheiro.

Procuradoria-Geral do Estado chegou a ir ao STF para derrubar liminar que garante Fabio Camargo no TC, mas desistiu do caso em 24 horas

*Euclides Lucas Garcia*

Apenas 24 horas. Esse foi o tempo transcorrido entre o governo do Paraná recorrer da decisão que reconduziu Fabio Camargo ao cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TC) e, logo em seguida, desistir do recurso. O ex-parlamentar foi afastado do TC em novembro do ano passado pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJ), mas conseguiu retornar ao posto há 20 dias pelas mãos do Supremo Tribunal Federal (STF). Figurando como parte interessada no processo, o Executivo recorreu ao STF na última terça-feira, mas desistiu no dia seguinte. A Procuradoria-Geral do Estado (PGE) disse que cometeu um equívoco.

No agravo regimental assinado pelo procurador César Augusto Binder, o governo dizia “não se resignar” com a decisão liminar do ministro Gilmar Mendes, que não mereceria “prosperar”. “A reclamação proposta [por Fabio Camargo] é de todo incabível”, defendia o recurso. Para embasar as afirmações, a PGE sustentava que a reclamação de Camargo ao Supremo não caberia no caso em questão e que um eventual recurso dele para tentar voltar ao TC deveria ser feito ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A procuradoria ainda se posicionava contra o argumento do ex-deputado de equiparar conselheiros a magistrados em relação à vitaliciedade dos cargos, com base num julgamento do próprio Supremo envolvendo uma emenda constitucional do Rio de Janeiro. Segundo a PGE, os casos seriam “completamente distintos”.

O agravo chegou a ser anexado aos autos do processo na quarta-feira. Quase simultaneamente, porém, a procuradoria desistiu do recurso, por meio de documento assinado pelo procurador-geral do Estado, Ubirajara Ayres Gasparin.

#### Justificativas

“Houve da nossa parte uma interpretação equivocada da proclamação do resultado [da liminar do STF] que levou à interposição do recurso”, afirmou Gasparin. O procurador-geral disse que consultou a assessoria da PGE em Brasília e recebeu como resposta que o estado havia sido vencido na ação. Com base nisso, orientou que o órgão recorresse da decisão do Supremo. Segundo ele, porém, a informação que recebeu estava incompleta.

Segundo Gasparin, Gilmar Mendes não apontou qualquer anormalidade nos atos que formalizaram a nomeação de Camargo e que eram o motivo de o governo figurar como interessado na ação. “O estado vinha defendendo esses atos, e ficou incongruente a interposição do agravo. Houve um equívoco simplesmente, uma desinformação, reparada logo em seguida com a desistência do recurso”, defendeu-se. “O estado só figura como terceiro interessado nesse processo — [que envolve] interesse entre particulares —, nem a favor de um nem a favor de outro.”

O procurador-geral justificou, por fim, que a parte de fato interessada na ação já recorreu da liminar do STF.

**CONTINUA**

27 ABR 2014

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### VAVÊM

Fabio Camargo foi escolhido no ano passado para a vaga no TC, mas a eleição é questionada na Justiça:

● Em 15 de julho, o então deputado estadual Fabio Camargo é eleito pela Assembleia Legislativa como novo conselheiro do TC.

● Em outubro, o empresário Max Schrappe, que também disputou a vaga, pede na Justiça a anulação da eleição.

● No mês seguinte, a desembargadora Regina Portes, do TJ paranaense, determina o afastamento de Camargo do TC. A decisão é mantida pelo Órgão Especial da Corte em março deste ano.

● No dia 4 de abril, o ministro Gilmar Mendes, do STF, reconduz Camargo ao cargo por meio de liminar.



Fabio Camargo: batalha jurídica para permanecer no cargo.

CONTINUA



27 ABR 2014

# GAZETA DO POVO

» RECURSO AO STF

## TJ diz que eleição de Camargo teve “vícios inegáveis”

Presidente do Tribunal de Justiça paranaense defende decisão de desembargadora que manteve deputado estadual fora do cargo de conselheiro

*Euclides Lucas Garcia*

! Réu na reclamação de Fábio Camargo que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF), o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) foi contundente ao defender os argumentos da desembargadora Regina Portes que embasaram o afastamento do ex-deputado do cargo de conselheiro do Tribunal de Contas no ano passado. Em documento encaminhado ao STF, o presidente do TJ, desembargador Guilherme Luiz Gomes, afirma serem inegáveis os vícios em torno da eleição e da nomeação de Camargo.

Ao longo de dez páginas, Gomes corrobora uma a uma as argumentações de Regina Portes. De acordo com a magistrada, Camargo teria sido beneficiado e recebido “tratamento diferenciado” na medida em que pôde apresentar documen-

tos fora do prazo previsto em edital, enquanto outras candidaturas foram indeferidas justamente “por terem os interessados deixado de apresentar os documentos exigidos”. Ela alegou ainda que o ex-deputado não teria obtido o número mínimo de 28 votos para vencer a eleição já no primeiro turno — ele recebeu 27.

“Tudo [isso] a viciar o ato de nomeação, por malferir, em tese, os princípios da isonomia e da legalidade previstos na Constituição”, escreveu o presidente do TJ. “O afastamento preventivo deu-se para evitar prejuízo maior às autoridades estaduais e municipais que teriam suas contas julgadas por membro alçado por nomeação reputada nula, [e assim] evitar potencial lesivo mais amplo.”

### Cargo vitalício

Guilherme Luiz Gomes também defende no documento não ter havido, com o afastamento de Camargo do TC, qualquer afronta à vitaliciedade garantida aos conselheiros dos tribunais de contas. Essa foi uma das justificativas do ministro Gilmar Mendes para conceder liminar ao ex-deputado e reconduzi-lo ao TC, no início deste mês. Segundo ele, Camargo só poderia ter sido afastado após o trânsito em julgado do caso.

Para o presidente do TJ estadual, no entanto, Camargo não foi demitido, mas afastado cautelarmente do TC. “[Além disso], se a nomeação é passível de reconhecimento de nulidade, como aparenta ser, não se poderia cogitar de direito à vitaliciedade”, afirmou Gomes, citando decisões anteriores do próprio STF e também do Superior Tribunal de Justiça (STJ) para embasar a afirmação.

O argumento é praticamente o mesmo já apresentado ao Supremo num recurso do empresário Max Schrappe, há cerca de duas semanas. Um dos 40 candidatos no pleito que elegeu Camargo na Assembleia Legislativa, foi ele quem iniciou toda a disputa judicial em torno do caso.

O agravo regimental de Schrappe está pronto para ir à votação no plenário do STF, o que ainda não tem data para ocorrer.

**CONTINUA**

27 ABR 2014

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

*“O afastamento preventivo deu-se para evitar prejuízo maior às autoridades estaduais e municipais que teriam suas contas julgadas por membro alçado por nomeação reputada nula, [e assim] evitar potencial lesivo mais amplo.”*

*“Se a nomeação é passível de reconhecimento de nulidade, como aparenta ser, não se poderia cogitar de direito à vitaliciedade.”*

Trechos de documento encaminhado pelo presidente do TJ, Guilherme Gomes, ao Supremo Tribunal Federal.



Guilherme Gomes critica processo de eleição de conselheiro.

27 ABR 2014

# GAZETA DO POVO

## Marqueteiros

### dizem que campanha sem doação de empresas é possível

Responsáveis por divulgar imagem de candidatos afirmam que será viável respeitar limites que STF e Senado pretendem impor

Chico Marés

O fim das doações de empresas para campanhas políticas já está no horizonte da legislação brasileira. Apesar de ser pouco provável uma mudança antes das eleições de 2014, o Judiciário e o Legislativo apontam uma mudança nas regras para as eleições de 2016 (ver mais nesta página). Como em ambos os casos não está prevista uma mudança na legislação do fundo partidário, as campanhas terão de ficar mais baratas, e os responsáveis terão de arranjar maneiras de cortar custos — isso desconsiderando a possibilidade de um aumento significativo no chamado “caixa 2”. Mesmo assim, nem todos os que trabalham ou trabalharam com campanha acreditam que isso seja uma má notícia.

Coordenador de diversas campanhas políticas, incluindo a do “coração curitibano”, de Jaime Lerner, e a

de Gustavo Fruet (PDT) para a prefeitura de Curitiba, Gerson Guelmann vê como “saudável” essa mudança. “Isso vai contribuir para democratizar a disputa eleitoral”, afirma. Para ele, a adaptação dos “campanheiros” a restrições jurídicas é algo comum. Um exemplo é a proibição de “showmícios” e de distribuição de brindes — estratégias comuns nos anos 90 que foram vedadas pela Justiça Eleitoral na década passada.

César Setti, que coordenou campanhas do senador Roberto Requião (PMDB) e a de Rafael Greca (PMDB) para a prefeitura de Curitiba em 2012, considera que a redução nos custos de campanha “contribui para a escolha do eleitor”. “A população deve avaliar o conteúdo [das propostas] e o passado dos candidatos, sem o artificialismo das grandes produções”, afirma. “Quanto mais baratas as campanhas, maior a possibilidade de o eleitor avaliar o candidato pelo que ele é”, afirma.

Responsável pelo marketing da campanha de Ratinho Jr. (PSC) em 2012, o publicitário Maurício Ramos, presidente da agência Getz, considera que a redução na disponibilidade de recursos pode inclusive ser positiva para o mercado publicitário. Na sua avaliação,

os recursos de campanha hoje ficam concentrados em poucas mãos.

Com menos dinheiro disponível, agências pequenas com estratégias mais baratas de comunicação teriam mais espaço e poderiam ser igualmente eficientes. Ele cita como exemplo a produção de minidocumentários, voltados para as redes sociais, como uma estratégia barata e que, nas eleições de 2012, se mostraram bastante eficientes. “Como publicitário, estarei feliz [caso o financiamento empresarial seja abolido]”, afirma.

#### Visão oposta

Já Nelson Biondi, que já trabalhou em campanhas de Luciano Ducci (PSB), José Serra (PSDB) e Paulo Maluf (PP), acredita que o financiamento de empresas é necessário para uma campanha e que seu fim pode prejudicar o processo democrático. “Nem todos os partidos têm o poder que o PT tem. Eles são muito pouco capilarizados. Se isso acontecer, só o PT conseguirá fazer uma campanha decente”, afirma.

Ele avalia que o horário eleitoral gratuito traz custos altos para uma campanha e que, sem um volume razoável de recursos, ele se torna inócuo para um candidato.

**CONTINUA**

## Televisão é a grande "vilã" dos custos

O horário eleitoral gratuito é o grande "vilão" dos custos de campanha. Segundo o cientista político do grupo Uninter Doacir Quadros, cerca de 70% dos recursos de campanha vão para as produções televisivas dos candidatos. A possibilidade de reduzir esse custo divide opiniões de quem trabalha com campanha; alguns acreditam que é possível, com criatividade, reduzir esse gasto. Para outros, não há como produzir um programa diário sem uma quantidade razoável de recursos.

Nelson Biondi, responsável pelo marketing de Luciano Ducci (PSB) em 2012, acredita que pela própria natureza do horário eleitoral uma redução drástica nos custos de campanha é inviável. Cada candidato tem de produzir pelo menos três miniprogramas, às vezes de até 10 minutos, semanalmente. Por estarem na televisão e no rádio, esses programas só se tornam eficientes se feitos dentro da mesma linguagem estética dos outros programas. E produzir essa linguagem custa caro. "Se acabar com o financiamento privado, é melhor abrir mão do horário gratuito também", afirma.

Já Maurício Ramos, publicitário e presidente da Getz,

acredita que os custos de produção ficam inflados no período de eleição — em parte, por causa da "cultura do calote" de candidatos derrotados, que torna qualquer campanha uma atividade de alto risco econômico. Logo, o mercado pode sobreviver com custos mais baixos. Para ele, a falta de recursos e as limitações legais já existentes podem também ser contornadas através de abordagens mais criativas.

### Redes sociais

Quadros avalia que o uso das redes sociais em campanhas políticas ainda é subutilizado no Brasil e que focar nesses meios, ao invés de apostar na tevê, pode ser uma maneira de baratear a campanha. "Os partidos não sabem usar o potencial da internet. Pode se dizer que estão focando suas estratégias na tevê, e deixando as redes sociais em terceiro, quarto plano", afirma.

Ainda assim, a internet possibilita que ideias simples e baratas se viralizem e tragam dividendos eleitorais. Um exemplo foi o "asfalto de glacê": na campanha de 2012, um vídeo feito de improviso por Rafael Greca (PMDB), no qual ele arrancava com as mãos um pedaço de asfalto, pautou o debate e ajudou a definir a eleição. Coordenador da campanha de Greca, César Setti acredita que esse tipo de material ajuda a baratear a campanha. (CM)

## ESCALADA

### Gastos de políticos cresceram 215% em apenas 10 anos

O barateamento das eleições seria uma reversão radical em uma tendência que já vem desde 2002. Em dez anos, os gastos totais das campanhas políticas cresceram 215%, segundo dados do site Às Claras, da ONG Transparência Brasil — isso levando em conta valores corrigidos pela inflação; em valores nominais, o custo aumentou em 484%. Em 2002, a campanha custou R\$ 792 milhões, em valores da época. Já em 2012, o custo foi de R\$ 4,8 bilhões.

As empresas colaboraram muito para esse crescimento: em 2010, elas foram responsáveis por pelo menos 71,7% das doações aos três principais comitês de campanha presidenciais — outros 20,9% vieram dos próprios partidos, que também recebem doações empresariais. Apenas 7,4% dos recursos vieram de pessoas físicas. Mesmo assim, esse número é distorcido: o empresário Guilherme Leal, candidato a vice de Marina Silva, foi responsável por mais da metade desse montante. Sem as empresas, a quantidade de recursos disponíveis deve cair bastante. Apesar de uma campanha bem abastecida de recursos ser, obviamente, uma vantagem para o candidato, isso não significa uma garantia de vitória. Nas eleições de 2010, em nove dos 27 estados, o candidato a governador com maior disponibilidade de recursos perdeu a eleição — incluindo o Paraná, onde a campanha de Osmar Dias (PDT) teve mais que o dobro de recursos que a de Beto Richa (PSDB), segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). (CM)

## FONTE SECANDO

Na campanha presidencial de 2010, mais de 70% das receitas dos comitês vieram de empresas.

\* Comitês do PT, PSDB e PV nas eleições presidenciais de 2010.

Fonte das doações\*

Pessoas Jurídicas

71,7%

Diretórios dos partidos

20,9%

Pessoas Físicas 7,4%

Fonte: TSE. Infografia: Gazeta do Povo.

CONTINUA

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO  
TENDÊNCIA

27 ABR 2014

**STF e Congresso dão  
sinais de que doações  
serão proibidas**

Até o momento, as doações de pessoas jurídicas estão permitidas nas eleições de 2014. A tendência, entretanto, é que esta seja a última vez em que isso ocorre. Em duas frentes, o assunto já está bastante avançado: no Supremo Tribunal Federal (STF), que pode entender esse tipo de financiamento como inconstitucional, e no Congresso, onde uma lei para impedir essas doações já foi aprovada pelo Senado e agora tramita na Câmara. É mais provável que uma decisão ocorra depois das eleições deste ano.

Uma ação direta de inconstitucionalidade proposta pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) questiona a legalidade desse tipo de doação.

O assunto entrou em pauta no fim do ano passado e seis ministros do STF já votaram a favor da ação – votos suficientes para dar ganho de causa à OAB. Entretanto, o ministro Gilmar Mendes pediu vistas ao processo em abril, e o julgamento não foi encerrado. Como os ministros podem mudar seus votos até o fim do julgamento, não é possível dizer com certeza que as doações serão proibidas. Mas é muito pouco provável que eles voltem atrás.

No Senado, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou, em caráter terminativo, projeto relatado pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR) que proíbe as doações de campanha. A proposta ainda precisa ser analisada pela Câmara. **(CM)**

27 ABR 2014

GAZETA DO POVO

# Um aplicativo contra a corrupção

Sistema de denúncia funciona no celular e no computador; ferramenta deve fortalecer participação cidadã no processo eleitoral

Taiana Bubniak

▮ A tecnologia pode facilitar a denúncia de crimes. Pelo menos já é assim desde 2012 no Espírito Santo e será neste ano no Mato Grosso. Os tribunais regionais eleitorais dos dois estados contam com uma ferramenta tecnológica que pode ser usada em tablets, smartphones e computadores. O aplicativo chamado Pardal funciona como local de recebimento de denúncia de crimes eleitorais, e qualquer cidadão, se detectar alguma irregularidade em propagandas ou indício de compra de votos, pode enviar a denúncia.

No Mato Grosso, o Pardal entrou em funcionamento há uma semana e recebeu dez denúncias, referentes a compra de votos e a propaganda irregular. No Espírito Santo, onde a plataforma funciona desde 2012, já foram 3.109 denúncias; a maior parte (46%) sobre propaganda eleitoral irregular. De todas as acusações, 1.273 deram origem a processos que já foram finalizados (arquivados ou julgados definitivamente).

A iniciativa é encarada de forma positiva pelos especialistas, pois a ampliação de espaços para conectar o cidadão e a Justiça Eleitoral vai ao encontro do poder de atuação do órgão. “A Justiça Eleitoral é o único ramo do Judiciário que, durante o período das eleições, exerce o poder de polícia”, explica o professor de Direito Civil da Unicuritiba, Luiz Gustavo de Andrade.

Nesse período, o juiz eleitoral pode abrir procedimentos para averiguar irregularidades. “Uma iniciativa que potencialize o trabalho do juiz para observar essas situações que fogem da norma é algo muito positivo”, aponta. A facilidade tecnológica também pode despertar no eleitor a necessidade de participar ativamente do processo.

## Procedimento

A denúncia recebida pelo aplicativo Pardal não poderá ser o único meio de prova da existência de corrupção eleitoral. A partir da acusação recebida pela plataforma, o juiz eleitoral pode ampliar a investigação, fazer diligências e iniciar o processo.

Como já foi adotado em dois tribunais regionais, o aplicativo poderá ser usado em âmbito nacional, mas ainda não há uma previsão de quando isso pode acontecer.

No Paraná, o TRE disponibiliza um espaço para recebimento de denúncias de crimes eleitorais no site ([www.tre-pr.jus.br](http://www.tre-pr.jus.br)). De acordo com a assessoria de imprensa do órgão, há

pouca procura pelo espaço e as acusações são recebidas, em geral, pelo Ministério Público ou por juízes eleitorais. No estado, não há uma previsão da adoção de um aplicativo para outros aparelhos como tablets e smartphones.

## Sistema checa se pessoa é procurada

▮ Com um aplicativo gratuito instalado no celular, qualquer cidadão poderá identificar pessoas procuradas pela Justiça. O novo módulo do aplicativo Sinesp Cidadão foi lançado nesta semana pelo Ministério da Justiça e permite a consulta a um cadastro nacional de 352 mil mandados de prisão. Quem identificar alguém nessa condição pode acionar a polícia para que a ordem judicial de prisão seja cumprida.

Para checar se a pessoa tem condenação na Justiça ou se há ordem judicial de prisão contra ela, basta digitar dados como nome completo ou número de algum documento de identificação, entre eles identidade, CPF, título de eleitor, carteira de trabalho e passaporte. Quando um registro de mandado de prisão é localizado, aparecem também outros dados disponibilizados por órgãos do Poder Judiciário.

CONTINUA

27 ABR 2014

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### NÃO VALE TUDO

Veja o que é considerado delito nas eleições e as penas previstas para cada crime.

Inscrição eleitoral fraudulenta:  
até cinco anos de reclusão

Promover desordem que prejudique os trabalhos eleitorais:  
reclusão de até dois meses

Oferecer qualquer vantagem em troca do voto: até quatro anos de reclusão

Dar transporte ou alimentação a eleitores no dia da votação: de quatro a seis anos de reclusão

Votar ou tentar votar mais de uma vez, ou em lugar de outro: reclusão até três anos

Tentar violar o sigilo do voto: detenção de até dois anos

Divulgar fatos sobre partidos ou candidatos sabendo que não são verdade: detenção de dois meses a um ano

Calúnia ou difamação na propaganda eleitoral: detenção de seis meses a dois anos

Fonte: Código Eleitoral

27 ABR 2014

# GAZETA DO POVO

## JUSTIÇA ELEITORAL

### **TSE nega pedido do PSDB para multar Dilma por fala na tevê**

! A ministra Maria Thereza de Assis Moura, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), rejeitou na sexta-feira pedido apresentado pelo PSDB para multar a presidente Dilma Rousseff por propaganda eleitoral antecipada. A ministra entendeu que não houve promoção pessoal da presidente no pronunciamento oficial pelo Dia Internacional da Mulher, em 8 de março, transmitido em cadeia de rádio e tevê.

Na representação protocolada no TSE, o partido alegou que o objetivo do pronunciamento foi promover a presidente, "enaltecendo seus atos governamentais e suas qualidades especiais".

Em seu despacho, a ministra entendeu que não houve mensagem subliminar para tentar levar ao conhecimento do público a candidatura de Dilma à reeleição. "A exaltação de atos de governo sem qualquer referência ao pleito futuro configura mera prestação de contas à sociedade, o que não se confunde com a propaganda eleitoral extemporânea", decidiu a ministra.



26 ABR 2014

# GAZETA DO POVO

## Pescadores buscam MP-PR de Paranaguá

Eles se aglomeraram, ontem, na porta do Fórum da cidade, para pedir esclarecimentos sobre a suspeita de roubo de suas indenizações ambientais

Oswaldo Eustáquio

Cerca de 150 pescadores se reuniram em frente ao Fórum Cível de Paranaguá para manifestar insatisfação com relação aos processos de indenização movidos por eles contra a Petrobrás por causa dos acidentes do rompimento do Poliduto Olapa e do vazamento de nafta do Navio Norma, ambos em 2001. A maioria dos pescadores vieram das Ilhas no entorno de Paranaguá. É o caso do pescador Marins Pereira do Rosário, que saiu às cinco da manhã de barco da Ilha Rasa para participar do protesto. "Pegaram dinheiro do pescador, todo mundo já sabe disso. Estamos aqui hoje para pedir justiça", disse.

A manifestação foi pacífica, e de acordo com o Tenente Machado, comandante da Rotam do 9 Batalhão de Polícia Militar, 30 policiais permaneceram no Fórum para garantir o funcionamento dos trabalhos da justiça.

Não havia uma liderança específica na manifestação e não houve carros de som nem gritos de ordem.

A assessoria de imprensa da Federação dos Pescadores do estado Paraná, emitiu nota à imprensa, informando que a Federação é contra a manifestação, já que foi realizada sem líderes e sem pauta de reivindicação real. A reportagem da Gazeta do Povo procurou o presidente da Federação, Edemir Ferreira, mas não conseguiu localizá-lo até o fechamento desta reportagem. Os pescadores que participaram da manifestação disseram a reportagem que havia sim uma pauta e que a entregaram à promotoria. "Eu estou envergonhado de saber que a Federação da Pesca não está se posicionando ao lado dos pescadores. Já existem provas suficientes para mostrar que fomos lesados. Até quando eles vão fingir que nada está acontecendo", disse o pescador Brás Teodoro de Miranda, de 76 anos.

### Reação

Após as denúncias divulgadas pela imprensa de que a advogada Cristiane Uliana está sendo investigada pela OAB-PR e pelo Ministério Público estadual por suspeita de apropriação indébita de valores referentes à indenização de alguns pescadores, dezenas deles têm se dirigido diariamente ao Fórum de

Paranaguá e à agência da Caixa Econômica Federal da cidade para ter acesso aos extratos de suas contas judiciais. Ontem, os pescadores presentes na manifestação entregaram vários documentos que comprovariam as suspeitas ao MP de Paranaguá.

O promotor público Fernando Cubas César também recebeu uma comissão de quatro pescadores que levou até ele uma lista de reivindicações, entre elas, o pedido de uma audiência pública para esclarecer a situação dos processos dos pescadores.

## 2001

é o ano em que ocorreram os dois maiores desastres ambientais de responsabilidade da Petrobras no Litoral do Paraná: o rompimento do Poliduto Olapa e o vazamento de nafta, um composto derivado do petróleo altamente inflamável, do navio Norma.

## INVESTIGAÇÃO

O Ministério Público do Paraná está investigando não só a advogada Cristiane Uliana mas a possível existência de toda uma organização criminosa envolvida com as indenizações ambientais dos pescadores do Litoral. "Já ouvimos várias pessoas e existe um inquérito aberto sobre este caso, que deve ser concluído nos próximos dias", diz o promotor Fernando Cubas César, que está tocando o caso em Paranaguá.

26 ABR 2014

# GAZETA DO POVO

## Empréstimo para o PR tem mais uma barreira

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional pediu para a Advocacia-Geral da União analisar a liminar do STF que autoriza a liberação de R\$ 817 milhões do Proinveste

Guilherme Voitch

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional adicionou, na última quarta-feira, mais uma etapa ao processo de liberação do empréstimo de R\$ 817 milhões do Banco do Brasil (BB) para o governo do Paraná. A Procuradoria solicitou manifestação da Advocacia-Geral da União (AGU) sobre a decisão liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso que suspendia restrições impostas pela União ao governo do Paraná pelo descumprimento do limite legal de 12% dos gastos com saúde em 2013. A medida dificulta a liberação dos recursos.

A nota 437/2014, assinada por quatro procuradores da Fazenda, analisa a decisão de Barroso e determina que ocorra apreciação da AGU antes da efetiva libe-

ração. “Antes porém, e considerando que é da unidade contenciosa a competência para pronunciar-se sobre a força executória da decisão judicial... Sugere-se que a presente manifestação seja previamente encaminhada à Secretaria-Geral de Contencioso da Advocacia-Geral da União, a fim de que se manifeste sobre o entendimento aqui exposto, visto que a nuance apresentada não foi apreciada”, estabelece o texto.

Para o procurador do estado Sérgio Botto de Lacerda, os procuradores da STN fizeram uma “maçaroca jurídica” na interpretação da liminar. “A AGU já se manifestou lá atrás, nos autos. Não há o que se interpretar. A liminar do ministro dá prazo e fixa multa para liberação do empréstimo. Não é possível ir contra uma decisão judicial”, diz Lacerda.

Em tese, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) havia autorizado a concessão de garantia da União para o empréstimo de R\$ 817 milhões do BB para o governo do Paraná no dia 11 de abril. Um dia antes, a autorização veio com a decisão liminar de Barroso. Restariam então três passos para a concretização da liberação: análise da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, assinatura do ministro Guido

Mantega e publicação no Diário Oficial. A expectativa então era de que esse trâmite fosse resolvido em três dias.

“Estamos no dia 25 e não se resolve nada. A cada obstáculo que se remove, outro é criado. Parece ser uma decisão política. Do ponto de vista jurídico está tudo resolvido”, diz Botto.

O procurador afirma que vai acionar Barroso na segunda-feira para que o ministro “faça valer sua decisão”. A assessoria de imprensa da Secretaria do Tesouro Nacional afirmou que não iria comentar a nota.

### Destinação

O empréstimo está inserido no Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal (Proinveste). Lançado pelo governo federal em julho de 2012, o Proinveste ofereceu um total de R\$ 20 bilhões em financiamentos, como medida de combate à crise financeira internacional. De todos os estados, só o Paraná ainda não teve acesso à sua fatia. O plano é destinar os recursos para obras em estradas (R\$ 430,6 milhões), segurança pública (R\$ 186,4 milhões) e para a capitalização do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (R\$ 200 milhões).

CONTINUA

26 ABR 2014

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### PENDÊNCIAS

**Quatro operações que ainda estão sob análise somam R\$ 1,5 bilhão**

Além do Proinveste, o Paraná tem outras quatro operações de crédito em análise na STN, que somam R\$ 1,5 bilhão. A liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso sobre os gastos do governo do estado com saúde abrange os cinco empréstimos, mas a do ministro Marco Aurélio de Mello sobre os gastos com a folha de pagamento vale apenas para o Proinveste. O governo do estado deve recorrer ao STF para liberar as outras quatro. A avaliação feita pela STN mede uma série de indicadores, como os limites de gastos com pessoal e saúde previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Financiamentos que não exigem garantia da União têm menos etapas burocráticas. As cinco operações em análise dependem de aval. Até o momento, a STN não reconhece as contas do estado com pessoal e saúde. O próprio governo estadual atestou que não cumpriu o limite de 12% do total do orçamento com saúde em 2013. As despesas com o setor ficaram em 10,03%. (GV)

26 ABR 2014

# GAZETA DO POVO

## Justiça acata denúncia contra ex-diretor da Petrobras

Katna Baran, com Folhapress

A Justiça Federal acolheu ontem outra denúncia referente à Operação Lava Jato, a primeira que cita o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa. A ação foi proposta pelo Ministério Público Federal (MPF) na quinta-feira e trata do suposto desvio de recursos públicos da refinaria Abreu e Lima (PE), que está sendo construída pela Petrobras. Costa também vai responder por lavagem de dinheiro e formação de quadrilha.

A acusação do MPF cita outras nove pessoas, entre elas o doleiro Alberto Youssef, que já é réu em outras duas ações. Sobre a acusação de lavagem de dinheiro, o juiz Sérgio Moro, da 13.<sup>a</sup> Vara da Justiça Federal de Curitiba, acatou a denúncia contra todos os acusados. Já em relação à acusação de formação de quadrilha, ele rejeitou a denúncia contra cinco envolvidos — incluindo Youssef —, alegando que eles já são réus em outras ações que tratam do mesmo tema.

Costa foi diretor de Distribuição da Petrobras entre 2014 e 2012 e foi responsável pelos projetos técnicos da refinaria. Segundo Sérgio Moro, só no contrato do consórcio CNCC, formado pela Camargo Correa, líder no empreendimento, e pela Cnec, teria havido um superfaturamento entre R\$ 208 milhões e R\$ 426,2 milhões para a construção de uma unidade da refinaria, a de coqueamento (processo

utilizado no refino de petróleo), segundo o Tribunal de Contas da União.

O juiz marcou para o dia 9 de junho a oitiva de testemunhas de acusação que moram em Curitiba, ressaltando que Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef estão presos preventivamente e, nessas circunstâncias, têm direito a um julgamento rápido. “Não menosprezo o valor da liberdade e não desconsidero a excepcionalidade da prisão cautelar em uma sociedade livre, mas entendo que, no contexto, impõe-se a prisão”, alega o juiz na decisão.

### Defesa

Em nota, o advogado de defesa de Costa, Fernando Fernandes, diz que não há indícios de que seu cliente tenha recebido “qualquer valor” quando era executivo da companhia. Para Fernandes, “a denúncia é vazia e não traz nenhum fato específico”. “Ao contrário, comprova que o único fato específico da apresentação da denúncia é o carro entregue a Paulo Roberto Costa como pagamento referente a uma consultoria dada a Alberto Youssef”, diz.

A defesa diz ainda que aguarda a libertação de Costa, preso no dia 20 de março na Operação Lava Jato, da Polícia Federal (PF), quando tentava destruir provas e documentos. “A prisão é ilegal, porque não existe nenhum documento citado que possa ser danificado ou nenhuma testemunha que possa ser ameaçada por ele em liberdade”, diz o documento.

## PADILHA NEGA ENVOLVIMENTO

O pré-candidato do PT ao governo de São Paulo, Alexandre Padilha, promete processar quem tentar ligar seu nome ao doleiro Alberto Youssef, preso na Operação Lava Jato, da Polícia Federal (PF). Um relatório da PF sugere que, quando ele foi ministro da Saúde, indicou um ex-assessor para dirigir o laboratório Labogen, controlado por Youssef. Padilha negou que tenha indicado Marcus Cezar Ferreira de Moura. Também negou que qualquer contrato do Labogen com o Ministério da Saúde tenha sido firmado durante sua gestão. “Mente quem estabelece qualquer envolvimento meu com o doleiro”, declarou.

CONTINUA

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

## LIGAÇÕES PERIGOSAS

26 ABR 2014

Entenda o envolvimento do laboratório Labogen nas denúncias da operação Lava Jato, da Polícia Federal:

● Segundo a Polícia Federal, o doleiro Alberto Youssef é o verdadeiro controlador do laboratório Labogen. Ele é acusado de ter remetido para fora do país, de forma fraudulenta, US\$ 444,7 milhões entre julho de 2011 e março de 2013.

● De acordo com as investigações, o laboratório foi um dos usados por Youssef para a remessa de dólares por meio de importações simuladas, somando a movimentação de US\$ 37 milhões.

● A PF diz ainda que o ex-ministro Alexandre Padilha (Saúde), pré-candidato ao governo de São Paulo pelo PT, teria recomendado o nome do executivo Marcus Cezar Ferreira de Moura para a Labogen para não levantar suspeitas da fiscalização.

● A PF interceptou troca de mensagem entre Youssef e o deputado André Vargas, em novembro de 2013, na qual os dois comentam sobre a indicação de Moura para a Labogen. Vargas passou para o doleiro o contato do executivo e disse que foi Padilha quem o indicou.

● Durante a gestão de Padilha, o Labogen tentou obter um contrato milionário no Ministério da Saúde para fornecer um remédio para hipertensão. Segundo o ministério, o contrato não foi assinado e a pasta não liberou nenhum repasse.

26 ABR 2014

# GAZETA DO POVO

## SUPREMO

### Barbosa critica lentidão da Justiça no processo de Fernando Collor

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, criticou a morosidade do Judiciário após a corte absolver o senador Fernando Collor (PTB-AL) em ação penal relativa a fatos ocorridos ainda durante sua passagem pela presidência da República (1990-1992). "Eu acho que isso é um retrato de como funciona a justiça criminal brasileira", disse. Barbosa destacou que o pro-

cesso tramitou por 23 anos em diferentes instâncias da Justiça "com tropeços" e com "mil dificuldades". Devido à demora entre os crimes, a apresentação da denúncia e o julgamento, dois dos três crimes pelos quais o ex-presidente respondia prescreveram. Ou seja, mesmo se fosse culpado ele não cumpriria pena pelos delitos.

Somente no STF o processo de Collor tramitou por 7 anos, 4 deles no gabinete da relatora, ministra Cármen Lúcia, sem que nenhum andamento processual fosse registrado.

## ASSASSINATO

### Promotora pede bloqueio de bens de pai do menino Bernardo

O Ministério Público do Rio Grande do Sul decidiu pedir o bloqueio dos bens do médico Leandro Boldrini, que está preso sob suspeita de envolvimento na morte do filho Bernardo. O garoto foi achado morto

em um matagal de Frederico Westphalen (a 447 km de Porto Alegre) na semana passada. Foram detidas também a madrastra, Graciele Ugolini, e a assistente social Edelvânia Wirganovicz. Segundo a promotora Dinamácia Maciel, a medida foi tomada para impedir que o médico use o patrimônio de Bernardo para custear despesas com sua defesa.

## ESCLARECIMENTO

### Teto das ações nos Juizados especiais estaduais é de 40 salários-mínimos

A reportagem "Negociadores de dívidas podem levar a armadilhas", publicada pela **Gazeta do Povo** na página do Consumidor na última quarta-feira, cometeu dois equívocos. Diferentemente

do diz que o teto das ações nos Juizados especiais da Justiça Estadual é de 40 salários-mínimos, e a presença do advogado não é obrigatória nas ações até 20 salários-mínimos. Já o teto de 60 salários-mínimos vale para o Juizado Especial Federal, em ações movidas contra a União, suas autarquias e empresas públicas, como a Caixa Econômica Federal.

### Começa o julgamento do caso de cinegrafista morto em protesto

Fábio Raposo Barbosa e Caio Silva de Souza, os dois acusados de provocar a morte do cinegrafista Santiago Andrade, da TV Bandeirantes, atingido por um rojão durante protesto no centro do Rio, em 6 de fevereiro, começaram a ser julgados ontem. Eles são acusados pelos crimes de explosão e homicídio triplamente qualificado (por motivo torpe, sem chance de defesa e uso de artefato explosivo). Hospitalizado após o acidente, Santiago morreu em 10 de fevereiro. Quatro testemunhas de acusação foram ouvidas no Fórum do Ri, durante a primeira audiência de instrução e julgamento na 3.ª Vara Criminal da Capital. A defesa dos réus pediu a revogação da prisão preventiva dos acusados, mas o juiz negou o pedido. Ao todo, 17 testemunhas (nove de defesa e oito de acusação) foram arroladas para depor. A próxima audiência será, em 5 de maio.

26 ABR 2014

# O ESTADO DE S. PAULO

## STF põe fim à investigação da PF contra executivos do Credit Suisse

STJ já havia declarado ilegais as interceptações telefônicas feitas com base em denúncia anônima

**Fausto Macedo**

O Supremo Tribunal Federal (STF) colocou um ponto final na Operação Suíça – polêmica investigação da Polícia Federal, deflagrada em 2005, sobre suposto esquema de evasão de divisas e lavagem de dinheiro envolvendo executivos e diretores do banco Credit Suisse.

A decisão foi tomada em julgamento de recurso extraordinário que o Ministério Público Federal apresentou contra decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), corte que em agosto de 2013 concluiu pela ilegalidade das interceptações telefônicas da PF, autorizadas judicialmente com base em denúncia anônima.

As escutas da Operação Suíça foram autorizadas pela Justiça Federal em São Paulo no dia 7 de novembro de 2005. Com base nos grampos, a PF identificou remessas ilegais de valores para o exterior. O *Diário Oficial* de quarta-feira, dia 23, publicou decisão monocrática, voto da ministra Cármen Lúcia, do STF: “Considero que está devidamente demonstrado nos autos que houve ilegalidade em dar início a interceptações telefônicas com base tão somente em documentos apócrifos”.

No âmbito do STJ, o ministro relator, Sebastião Reis Júnior, destacou que a jurisprudência da Corte e do STF exige investi-

gação preliminar após denúncia anônima – apenas a partir daí pode ser autorizada escuta telefônica. O ministro do STJ, na ocasião, reconheceu “a gravidade dos fatos” apontados na denúncia anônima.

A ministra Cármen Lúcia anotou que o Supremo não tem competência para verificar, em recurso extraordinário, “a verificação da ocorrência, ou não, das condições e envergadura dos elementos que determinaram a deflagração da ação penal ou a imprescindibilidade, ou não, de realização de investigações preliminares pelo Ministério Público, para julgar válida a interceptação telefônica alegadamente baseada em denúncia anônima”. Para a ministra, “a apreciação do pleito recursal demandaria, imperativamente, a análise prévia do conjunto fático probatório”.

Ao negar seguimento ao recurso extraordinário do MPF, ela observou: “Não sendo possível o revolvimento de fatos e provas nesta instância recursal, não há como se permitir juridicamente o processamento válido deste extraordinário, em que pese a gravidade da situação descrita nos autos.”

Cármen Lúcia invoca a Súmula 279 do Supremo Tribunal Federal, de aplicação obrigatória em situações processuais como a do caso: “Para simples reexame de provas não cabe recurso extraordinário.”

“A decisão do Supremo Tribunal Federal, mais do que reafirmar a correção da decisão do Superior Tribunal de Justiça, representa uma vitória do próprio Estado de direito contra es-

cutas telefônicas indevidas”, declarou o criminalista Alberto Zaccarias Toron, que defende diretores do Credit Suisse.

### **PARA LEMBRAR**

A Operação Suíça, deflagrada em 2006, foi a primeira realizada pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal contra as atividades do Credit Suisse no Brasil. Essa investigação foi o ponto de partida para três outras operações (Kaspar 1, 2 e 3) montadas contra um esquema de evasão de divisas, lavagem de dinheiro e funcionamento ilegal de instituição financeira mantido por doleiros, pelo Credit e por outros bancos suíços, segundo o MP. A Justiça aceitou a denúncia contra 16 dos 17 acusados à época – 13 funcionários do Credit e três doleiros. Em agosto de 2013, o STJ anulou todas as escutas telefônicas da Operação Suíça por considerar que as interceptações foram autorizadas exclusivamente com base em denúncias anônimas.

## **Caso Santiago: começa julgamento**

Fábio Raposo Barbosa e Caio Silva de Souza, acusados de matar o cinegrafista Santiago Andrade durante protesto no Rio, participaram ontem da primeira audiência do julgamento. O juiz manteve a prisão preventiva.

26 ABR 2014

# O ESTADO DE S. PAULO Justiça bloqueia bens do pai de Bernardo

Promotoria quer evitar que médico acusado de matar filho se desfaça de patrimônio que seria do garoto para pagar defesa

**Lucas Azevedo**

ESPECIAL PARA O ESTADO

PORTO ALEGRE

A Justiça do Rio Grande do Sul determinou o bloqueio dos bens do cirurgião Leandro Boldrini, de 38 anos, suspeito de assassinar o próprio filho, Bernardo Boldrini, de 11. Além do médico, sua mulher, Graciele Ugolini, de 32 anos, e a assistente social Edelvania Wirganovickz, de 40, estão presas acusadas de participação no crime.

O pedido foi feito pela promotora da Infância e Juventude da cidade gaúcha de Três Passos, Dinamércia Maciel de Oliveira. “O MP quer evitar que Boldrini possa vir a se desfazer desses bens (que Bernardo teria direito, já que era herdeiro) para pagar a própria defesa. Entendemos que é imoral que isso aconteça. A vítima não pode financiar a defesa de seu algoz.”

Dinamércia protocolou também uma medida cautelar protetiva, para que Boldrini e Graciele percam a guarda da filha, de um ano e seis meses. “A criança está transitando pelas casas dos familiares sem que a Justiça tenha sido comunicada para regularizar a situação”, explica a promotora. “Se algo acontecer com ela, o Estado poderia ser responsabilizado, porque segregou os pais e não tomou providências sobre a guarda.”

Dinamércia acredita que, mesmo que o casal seja posto em liberdade durante o processo, não é seguro para a menina permanecer sob o cuidado dos dois.

Ontem, a Polícia Civil concluiu que Bernardo já estava morto quando ele foi enterrado. Conforme análise do Instituto-Geral de Perícias, não foram encontrados vestígios

de terra na traqueia e nos pulmões. Isso significa que ele não respirou mais depois que seu corpo foi jogado na cova, feita às margens do Rio Mico, no município de Frederico Westphalen.



27 ABR 2014

# O ESTADO DE S. PAULO

# Políticos são 62%

# em tribunais de contas

Estudo da Transparência Brasil mostra que maioria dos conselheiros chega às cortes após exercer mandatos ou cargos em governos

Daniel Bramatti

José Roberto de Toledo

Estudo da Transparência Brasil, entidade cuja principal bandeira é o combate à corrupção, revela que 62% dos 238 conselheiros de tribunais de contas conquistaram os cargos depois de exercer mandatos políticos ou posições em governos. Segundo o relatório, os tribunais são caros, altamente politizados e “desenhados para não funcionar”.

Além dos 62% de ex-políticos, cerca de 15% dos integrantes dos tribunais são parentes de algum político local – o que coloca em questão sua independência para atuar como fiscais da administração pública. Esse cenário vale tanto para as cortes estaduais quanto para o Tribunal de Contas da União (TCU), como mostrou recentemente o episódio Gim Argello (*mais informações nesta página*).

Nos tribunais de contas pelo País, dois terços dos integrantes são nomeados pelo Legislativo e um terço pelo Executivo. “Eles costumam ser indicados justamente para neutralizar o papel fiscalizador desses órgãos – e, de quebra, para agradar a correligionários, parentes e aliados”, diz o relatório elaborado por Natália Paiva e Juliana Sakai.

O estudo detectou que dois em cada cinco conselheiros sofrem processos ou foram condenados na Justiça ou nos próprios tribunais de contas – até por improbidade administrativa e peculato. Em Goiás, cinco dos sete conselheiros do TCE têm pendências na Justiça.

Segundo o relatório, as exigências previstas na Constituição são frouxas. As exigências

se restringem a aspectos formais – ter entre 35 e 70 anos de idade e uma década de experiência profissional correlata – e a questões subjetivas, como “idoneidade moral”, “reputação ilibada” e “notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública”.

Na prática, os critérios técnicos ficam em segundo plano. “A indicação política é a regra na escolha de conselheiros, o que faz com que as votações nas Assembleias, nas Câmaras e no Congresso sejam jogos de cartas marcadas”, diz o estudo.

Os cargos são cobiçados por políticos em fim de carreira, entre outros pontos, por garantir uma aposentadoria confortável. “Em geral, o salário é de R\$ 26.500, além de gratificações, verbas de gabinete uniformemente obscuras, prerrogativa de nomear funcionários comissionados e vitaliciedade no cargo (com aposentadoria compulsória aos 70 anos).”

**Contas caras.** Os tribunais, que são órgãos auxiliares do Poder Legislativo, têm uma estrutura tão cara que, em muitos casos, acabam custando aos cofres públicos quase tanto quanto as Assembleias Legislativas.

No Rio, o orçamento da Assembleia é de R\$ 682 milhões, enquanto o do TCE chega a R\$ 593 milhões. Em outras cinco unidades da Federação (Amazonas, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul e Pernambuco), os gastos dos tribunais de contas equivalem a 70% ou mais do total consumido pelas Assembleias.

Mesmo quando as cortes exercem poder fiscalizador, raramente as punições se concretizam. “Como os TCs não fazem parte do Poder Judiciário, o julgamento das contas segue o formato de um tribunal administrativo, o que provoca impacto sobre a validade de suas decisões.”

No caso do TCU, “a relação entre multas aplicadas e pagas é baixíssima: 4,6% entre 2005 e 2009 e 8,3% entre 2008 e 2010, segundo dados do próprio tribunal”. “Pode-se inferir que nos TCEs e TCMs a efetividade tende a ser ainda mais baixa. O que leva ao questionamento natural sobre se o dinheiro público investido na manutenção dessas cortes fortemente politizadas tem o retorno esperado.”

CONTINUA

27 ABR 2014

# O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

## RAIO X

● **Transparência**  
Brasil analisou a vida pregressa de todos os conselheiros de Tribunais de Contas

**148**  
exerceram cargos políticos, sendo:

- 93 deputados estaduais
- 49 secretários estaduais
- 35 vereadores
- 17 prefeitos
- 15 secretários municipais
- 12 deputados federais
- 4 senadores
- 4 vice-prefeitos
- 1 vice-governador

\*A soma ultrapassa 148 porque muitos conselheiros exerceram mais de um cargo

**238**  
conselheiros

90  
Outros

Órgãos analisados:

- Tribunal de Contas da União
- Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal (27)
- Tribunais de Contas responsáveis pelos municípios (4) na Bahia, no Ceará, em Goiás e no Pará
- Tribunais de Contas de capitais (2) do Rio de Janeiro e de São Paulo

INFOGRAFICO/ESTADAC

## PARA LEMBRAR

### Senador desistiu após protestos

Mesmo com aval do Palácio do Planalto e do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), para assumir vaga no Tribunal de Contas da União (TCU), o senador Gim Argello (PTB-DF) desistiu de disputar o cargo após pressão contra seu nome.

O próprio presidente do TCU, Augusto Nardes, protagonizou uma articulação pela rejeição do senador. Horas antes da desistência do petebista, Nardes assinou nota ao Senado pedindo que se observasse na definição do novo membro da Corte requisitos constitucionais como “idoneidade moral” e “reputação ilibada”. Argello é alvo de seis inquéritos no Supremo Tribunal Federal, um deles por suspeita de corrupção ativa e peculato, e foi condenado pela Justiça do Distrito Federal por ter criado cargos comissionados artificiais quando presidia a Câmara Distrital.

Na quarta-feira, a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovou a indicação de três servidores de carreira para disputar a vaga: Bruno Dantas, indicado pelos governistas, Fernando Moutinho, apoiado pela oposição, e Sérgio Mendes, defendido pelo Solidariedade. A escolha será feita em votação no plenário.

## Integrantes respondem por crimes que fiscalizam

O estudo da Transparência Brasil sobre os tribunais de contas do País mapeou todos os conselheiros dessas cortes que respondem a processos ou sofrem condenações na Justiça. A maior parte dos casos refere-se a irregularidades diretas ou indiretamente ligadas à gestão pública ou à atuação política.

Só por improbidade administrativa foram levantados 14 casos, a maior fatia apontada pelo levantamento da Transparência. Outros 11 conselheiros respondem ou foram condenados por irregularidades diversas (de gestão, eleitorais ou na própria nomeação para o tribunal de contas).

Sete casos tratam de peculato,

crime cometido por servidor que desvia dinheiro público e seis envolvem acumulação indevida de cargos ou salários, duas situações que são objeto direto da atuação dos tribunais de contas. Há outros cinco casos, todos na corte de Goiás, de nepotismo.

A Transparência identificou quatro conselheiros envolvidos em corrupção passiva; dois em crimes eleitorais; dois em crimes contra o sistema financeiro; um por sonegação fiscal e um por lavagem de dinheiro. Há ainda dois casos de falsidade ideológica e até um de homicídio ocorrido nos anos 80. Em outros dez crimes, não foi possível obter acesso à consulta processual online. / D.B. e J.R.T.

CONTINUA

27 ABR 2014

## O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

# Associação de conselheiros quer órgão de controle análogo ao CNJ

A Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (Atricon) defende a criação de um órgão nacional para fiscalizar as ações dos conselheiros, nos moldes do que faz o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no Judiciário.

“Respeitamos as críticas e estamos cientes da necessidade de aperfeiçoamentos no modelo”, disse Valdecir Pascoal, presidente da entidade e do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, ao comentar o estudo da Transparência Brasil. Para ele, um conselho nacional de fiscalização das cortes de contas “propiciaria um padrão de atuação nacional e possibilitaria a verificação mais efetiva dos atributos éticos disciplinares dos seus membros”.

**Críticas.** A associação debate a criação de uma proposta de emenda constitucional para mudar os critérios de nomeação para os cargos. Hoje, só um terço das vagas é destinado às carreiras técnicas de conselheiro substituto (auditor) e procurador do Ministério Público de Contas.

“É preciso discutir com a sociedade e com o parlamento alterações nos critérios de escolha dos membros, assegurando que os provimentos oriundos da carreira técnica, tal qual acontece na magistratura, seja predominante, sem prejuízo de que parte das indicações continue sendo feita pelo Poder que representa o povo, que é o Legislativo”, disse Pascoal. A entidade defende que os requisitos da Lei da Ficha Limpa sejam aplicados para os indicados aos tribunais.

### ● Melhorias

“É preciso discutir com a sociedade e com o parlamento alterações nos critérios de escolha dos membros”

**Valdecir Pascoal**

PRES. ASS. MEMBROS TRIB. DE CONTAS

“Mesmo diante de inevitáveis aperfeiçoamentos, a Atricon clama que as avaliações críticas não sejam pautadas apenas pela origem política de uma parte de seus membros”, afirmou o presidente da entidade. Pascoal alega que as cortes, em sua maioria, são “instituições enxutas”, que “cumprem os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal” e “buscam, cada vez mais, avaliar os resultados sociais das políticas públicas” do País. “Merecemos ser tratados com menos preconceito e como instituições essenciais para a democracia e para uma governança pública eficiente, proba e de resultados”, afirmou o presidente da associação. / D.B. e J.R.T.

CONTINUA

27 ABR 2014

# O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

**ANÁLISE:** *Natália Paiva e Claudio Weber Abramo*

### Constituição trata pré-qualificações com leniência

**U**ma anedota que circulava em 1893, ano da instalação do Tribunal de Contas da União, resume a ópera centenária sobre o aparelhamento e a ineficiência dessa corte. Já presidente da República, Floriano Peixoto nomeou conselheiro um parente do ex-presidente Deodoro da Fonseca, de cujo governo Floriano fora vice. O TCU considerou a nomeação ilegal; em represália, o presidente baixou um decreto retirando poderes do órgão.

Em carta demissionária, o então ministro da Fazenda, Serzedello Corrêa, escreveu: “Se a função do Tribunal é apenas a de liquidar as contas e verificar a sua legalidade depois de feitas, o que eu contesto, eu vos declaro que esse Tribunal é mais um meio de aumentar o funcionalismo, de avolumar a despesa, sem vantagens para a moralidade da administração”.

Se vivesse hoje, Corrêa não teria por que modificar o seu julgamento: as cortes de contas seguem desenhadas para não funcionar.

Primeiro porque são espaços abertos para o tipo de compadrio iniciado com os pais da República. A escolha dos conselheiros costuma ocorrer após “acordões” entre Executivo e Legislativo, respondendo ao fim maior de neutralizar o papel fiscalizatório desses órgãos – e, de quebra, agradar a correligionários, parentes e aliados políticos com indicações. Na estrutura dos TCs, os conselheiros têm o poder máximo de aprovar ou desaprovar o que auditores concursados atestam, e o fato de eles serem parentes ou ex-subalternos de quem terá as contas avaliadas faz toda a diferença.

Segundo porque são caras e ineficientes. As cortes de contas custam quase R\$ 8 bilhões por ano e apresentam baixa efetividade. Entre 2008 e 2010, apenas 8,3% das multas aplicadas pelo TCU, por exemplo, foram de fato pagas – uma das razões para isso é o fato de que suas decisões não são terminativas; após a autuação, são prontamente contestadas na Justiça, onde entram na máquina infernal das protelações infundáveis.

A forte politização é facilitada pela maneira leniente como a Constituição de 1988 trata as pré-qualificações dos conselheiros. As exigências se restringem a aspectos formais (como idade) e a questões subjetivas como “idoneidade moral” e “notórios conhecimentos”. O exame das biografias dos conselheiros dos TCs brasileiros mostra que, para muitos deles, a notoriedade é de tipo bem diverso.



COORDENADORA-GERAL E DIRETOR EXECUTIVO  
DA TRANSPARÊNCIA BRASIL

27 ABR 2014

## O ESTADO DE S. PAULO

SÉRGIO FAUSTO

# Faces da corrupção no Brasil

**Q**ue uma pessoa de origem pobre tenha alcançado o cargo de vice-presidente da Câmara deveria ser um sinal de vitalidade da democracia brasileira. Que o tenha feito cometendo crimes contra a administração pública e o sistema financeiro é sinal de alerta. André Vargas não é um caso isolado.

O uso da política para enriquecer e acumular ainda mais poder político não é prática nova no Brasil. Para não recuar demasiado no tempo, basta lembrar a emergência de novos grupos oligárquicos a partir dos anos 50, que desbancaram as velhas oligarquias rurais e alçaram voo nas asas do Estado desenvolvimentista, intermediando verbas federais e grandes contratos entre empresas estatais e empresas privadas, em seus Estados de origem. Decolaram ainda no regime democrático de 1945-1964, ganharam altura durante a ditadura militar e mantiveram-se em velocidade de cruzeiro no retorno à democracia. Algumas dessas oligarquias estaduais estão aí até hoje.

Com características distintas, a associação entre projeção política e ascensão social se deu também em Estados mais desenvolvidos da Federação. São Paulo, não faz tempo, teve um governador que saiu da classe média do interior para acumular fortuna e poder ao longo de sua carreira política. E outro que, mesmo nascido em berço de ouro, seguiu semelhante trajetória de desvio de recursos públicos para os próprios bolsos.

Aparentemente, pois, não há nada de novo em cena. Mas não é bem assim. A primeira novidade é que parte das forças que se

**O desafio é reescrever o enredo que desmoraliza a política, os partidos e o Congresso no País**

empenharam pela real democratização social e política do País passou a reproduzir velhas práticas. Sob esse aspecto, há muito em comum entre André Vargas e o ex-deputado José Janene, ambos do Norte do Paraná, embora o primeiro venha de uma família pobre, tenha rezado, por breve período, a cartilha da Teologia da Libertação e pertença ao PT, enquanto Janene, falecido depois de ser indiciado no processo do mensalão, fosse rico fazendeiro e deputado do PP.

Ainda mais importante é o fato novo de que, com o PT no poder federal, práticas de corrupção antes descentralizadas tornaram-se mais sistemáticas e orgânicas. Não desapareceram os esquemas localizados, mas a eles se acrescentou, não raro subordinando-os, uma organização político-partidária nacional e mais bem estruturada. Note-se, para ficar no exemplo em questão, que Vargas abastecia o caixa de vários partidos da base aliada, mas era ele, por ter melhor acesso ao poder federal, quem dava as cartas do jogo. Vargas discrepa do padrão do seu partido por ter misturado financiamento político com enriquecimento pessoal.

Anova cena se completa quando consideramos que, ao mesmo tempo, a disponibilidade de recursos públicos e privados aumentou, entre 2003 e 2010, com a aceleração do crescimento, e a nova expansão da presença do Estado no domínio econômico criou novas oportunidades de negócios aqui e em países "amigos" não democráticos. Simultaneamente, romperam-se as bar-

reiras à ocupação política de empresas, órgãos e agências estatais, para acomodar a nova elite no poder e seus aliados.

A presidente Dilma não é protagonista da cena que se está revelando a cada dia um pouco mais. Recebeu o cenário pronto das mãos do seu antecessor. E não tem nem força política para alterá-lo nem talento político para seguir o script, agora que os atores batem cabeça em cena aberta e a plateia já não está mais inebriada pelo "espetáculo do crescimento".

O desafio é reescrever o enredo que vem desmoralizando a política, os partidos e o Congresso no Brasil. Não há risco iminente à democracia. Mas não há regime democrático que possa conviver indefinidamente com a desmoralização cada vez maior de suas principais instituições.

O primeiro passo é mudar os protagonistas. A alternância no poder é saudável, sobretudo depois de três mandatos consecutivos. Isso, porém, está longe de ser suficiente. É preciso limitar as áreas do Estado submetidas à lógica da barganha política, saneando as empresas estatais, as agências regulatórias, eliminando ministérios e reduzindo cargos em comissão. É urgente que a maior capacidade investigativa da Polícia Federal e do Ministério Público se traduza, no Judiciário, em punição efetiva de corrompidos e corruptores. Para tanto, deve-se recolocar em pauta a chamada Emenda Peluso, que permite a aplicação da pena a partir da segunda instância, sem prejuízo do direito do réu a recorrer ao STJ ou ao STF, e reverter a lei de execuções penais, que prevê progressão de regime depois de cumprido apenas um sexto da pena.

**CONTINUA**

27 ABR 2014

## O ESTADO DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

Com a decisão do STF de proibir as doações eleitorais de empresas privadas, hoje as atenções se voltam quase exclusivamente para o financiamento das campanhas. Não haverá solução satisfatória para essa questão sem redução dos custos crescentes das campanhas eleitorais, a principal origem da corrupção envolvendo dinheiro público. O atual sistema proporcional com lista aberta nas eleições para o Legislativo encarece as campanhas e dificulta o controle do eleitor sobre o representante. Chegou a hora de um acordo em torno do sistema distrital misto, cuja introdução não requer emenda à Constituição.

A proeminência do marketing político, com custos não raro propositalmente superfaturados para atender a conveniências políticas, alavanca ainda mais os gastos das campanhas políticas. Nas eleições presidenciais de 2010 eles somaram aproximadamente R\$ 600 milhões! Não haverá dano ao direito à informação do eleitor se medidas legais forcem a simplificação dos programas eleitorais na TV.

As questões aqui mencionadas – nenhuma isenta de controvérsia – precisam ser enfrentadas se quisermos restabelecer a credibilidade de instituições essenciais ao bom funcionamento da democracia. Formam uma pauta que exigirá liderança do próximo governo e pressão da sociedade para que se produzam avanços concretos.



SUPERINTENDENTE EXECUTIVO  
DO IFHC, COLABORADOR DO  
LATIN AMERICAN PROGRAM DO  
BAKER INSTITUTE OF PUBLIC  
POLICY DA RICE UNIVERSITY, É  
MEMBRO DO GACINT-USP. E-MAIL:  
SFAUSTO40@HOTMAIL.COM

28 ABR 2014

# O ESTADO DE S. PAULO

## Sentença do mensalão foi 80% política, afirma Lula

Ex-presidente diz à TV portuguesa que presos não eram 'gente de minha confiança'

*Ricardo Chapola*

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse em entrevista exibida na noite de sábado à Radio e Televisão de Portugal (RTP) que o julgamento do mensalão teve "80% de decisão política e 20% de decisão jurídica". Foi a primeira avaliação direta do petista sobre a sentença que levou à prisão ex-dirigentes do PT. Sobre os condenados, Lula afirmou: "Não se trata de gente da minha confiança".

Em novembro do ano passado, o Supremo Tribunal Federal começou a expedir as ordens de prisão dos condenados no mensalão. No Feriado da República, apresentaram-se à Polícia Federal o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu e o ex-presidente do PT José Genoino. Um dia depois, foi a vez de Delúbio Soares, ex-tesoureiro do partido, se entregar à PF. Todos foram condenados por participação no esquema de compra de apoio político no Congresso no início do governo Lula, entre 2003 e 2005.

"O mensalão teve praticamente 80% de decisão política e 20% de decisão jurídica. O que eu acho é que não houve mensalão", disse Lula na entrevista em Lisboa, onde esteve na sexta-feira como convidado do governo para a comemoração dos 40 anos da Revolução dos Cravos,

que derrubou o regime ditatorial no país.

Em seguida, a jornalista Cristina Esteves perguntava sobre o fato de pessoas da confiança do ex-presidente terem sido presas, mas foi interrompida por Lula. "Não se trata de gente da minha confiança", afirmou o ex-presidente. E emendou: "Tem companheiro do PT preso. E eu também não vou ficar discutindo a decisão da Suprema Corte. O que eu acho é que essa história vai ser recontada".

Lula disse na entrevista – que durou cerca de 40 minutos – que o processo do mensalão foi "um massacre que visava destruir o PT". "E não conseguiram", afirmou.

Pouco antes de deixar a Presidência, no fim de 2010, Lula havia dito que iria "desmontar a farsa do mensalão". Já fora do Palácio do Planalto, o ex-presidente evitou fazer comentários sobre o julgamento, que teve início em agosto de 2012 e levou à condenação de 25 dos 38 denunciados pelo Ministério Público.

No início do mês, Lula já havia dito em entrevista a blogueiros brasileiros que o mensalão deveria ser recontado e que era preciso estudar a "participação e o poder de condenação" da mídia nesse processo.

**Dilma.** Lula também aproveitou para defender o governo de sua sucessora, Dilma Rousseff. A queda de popularidade da presidente e a possibilidade de troca na chapa do PT que vai dispu-

tar a eleição em outubro foi abordada na entrevista – e voltou a ser negada pelo petista. "O Lula não é candidato. Eu não vou ser candidato. A Dilma é uma mulher de extrema competência. Ela vai vencer as eleições", afirmou.

O ex-presidente riu em outro momento, ao ser provocado a falar sobre o fato de sua popularidade não ter despencado com a de Dilma – que se recuperava da queda provocada pelas manifestações de junho, mas recentemente passou a enfrentar o desgaste das denúncias sobre irregularidades na Petrobrás. "O povo é mais esperto do que algumas pessoas imaginam."

O ex-presidente comentou ainda a possibilidade de ocorrerem protestos durante a Copa do Mundo e rebateu as críticas que têm sido feitas sobre o custo dos estádios, dos aeroportos e de outras obras destinadas a receber os jogos do Mundial. Lula afirmou que não se faz Copa do Mundo "pensando só em dinheiro".

A entrevista teve longas conversas sobre política internacional e a situação da economia europeia. A crise em Portugal foi marcante nas celebrações dos 40 anos da Revolução dos Cravos. Provocado a analisar os problemas do governo socialista de François Hollande na França, Lula deixou um conselho: "Os políticos têm de assumir, decidir e dizer para onde o país tem que ir".

# FOLHA DE LONDRINA

## Morosidade da Justiça beneficia corrupção

26 ABR 2014

**Q**uando terminou o julgamento que absolveu, anteontem, o ex-presidente da República Fernando Collor de Mello de três crimes, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa, criticou a morosidade da Justiça no Brasil. Atualmente senador pelo PTB de Alagoas, Collor era acusado dos delitos de peculato (desvio de dinheiro público), falsidade ideológica e corrupção passiva praticado quando ocupava o Palácio do Planalto, de 1990 e 1992.

A Corte decidiu absolvê-lo de todos os crimes por falta de provas. Porém, três ministros, incluindo Barbosa, concordaram com a absolvição apenas por peculato, e defenderam que os outros dois crimes nem fossem analisados por entenderem que a prescrição impediria o julgamento.

Foram 22 anos, desde que o ex-presidente sofreu o processo de impeachment, protagonizando um dos mais importantes acontecimentos da história recente da política brasileira.

A denúncia contra Collor foi aceita na 1ª instância no ano 2000 e chegou ao STF em 2007, porque ele foi eleito senador e garantiu o direito a foro privilegiado. O processo ficou parado quase dois anos no gabinete do antigo relator Carlos Alberto Menezes Direito e desde 2009 estava sob responsabilidade da ministra Cármen Lúcia.

O desabafo de Joaquim Barbosa é bastante compreensível. Como explicar que os crimes que aconteceram em 1991 e 1992 só foram julgados pelo STF em 2014? O presidente do Supremo disse que "isso é um retrato de como funciona a Justiça criminal brasileira". Ele ainda criticou que os processos caminham com "tropeços, com mil dificuldades".

Casos de corrupção e lavagem de dinheiro são muito difíceis de se concluir no Brasil. Geralmente, uma grande quantia em dinheiro é desviada e os réus, os famosos criminosos de "colarinho branco", usam uma boa parte do roubo para pagar os melhores escritórios de advocacia. Assim, conseguem adiar por 10, 20 anos uma sentença condenatória.

Uma das formas de mudar essa situação é aparelhar as polícias Federal e Civil e o Ministério Público com boas condições de trabalho para que os corruptos sejam presos antes que o rombo nos cofres públicos seja grande o suficiente para permitir fugas do País, pagamento de propinas e o atrasos na Justiça até a prescrição dos crimes.



26 ABR 2014

## FOLHA DE LONDRINA

# Honorários e salários aviltantes

Haline Ottoni Alcantara Costa Monge e  
Augusto Rodrigo Gozze

As manifestações populares que ganharam as ruas de diversas cidades brasileiras em meados do ano passado nos fazem meditar sobre a conquista de direitos. É fato que toda conquista importante sempre foi resultado de lutas e reivindicações da sociedade. O que importa é sabermos o porquê estamos lutando e para quem a luta é relevante.

Está na Constituição Federal de 1988 que os advogados são essenciais à administração da Justiça (artigo 133).

Com essa fundamentação louvável, atualmente a classe luta por honorários dignos e capazes de efetivamente fazer jus à função atribuída constitucionalmente.

Mas quem são esses advogados que estão lutando? E por quem estão reivindicando mudanças tão significativas como aquelas que colocam fim aos honorários aviltantes fixados pelos juízes?

Aviltante, segundo o dicionário, é aquilo que desonra, causa vergonha, ínfimo, vil.

Hodiernamente, as faculdades de Direito proliferam no País. Centenas, milhares de novos profissionais são colocados no mercado de trabalho.

Alguns rumam para o sonho da estabilidade de um concurso público. Outros peregrinam pelos escritórios à procura de um emprego.

Esses ex-estudantes são agora advogados. São igualmente essenciais à administração da Justiça e têm algo em comum com aqueles advogados que lutam por honorários não aviltantes: precisam de um salário não aviltante.

E aqui está a necessidade de reflexão, digna de manifestações e protestos.

Os advogados mais experientes, que reivindicam honorários decentes, admitem como prestadores de serviço, um também advogado, e como pagamento oferecem-lhes uma remuneração não condizente com a sua luta.

A Ordem dos Advogados do Brasil, seção Paraná (OAB/PR), divulgou o resultado de dois diagnósticos da advocacia iniciante, realizados em 2010 e 2013, que traçavam, entre outros pontos, o valor da remuneração dos advogados em início de carreira.

O resultado é alarmante, pois no ano de 2010, 57% dos advogados de todo o Estado do Paraná que participaram da pesquisa recebiam menos de R\$ 1.500, e em 2013 esse percentual foi de 46%.

A OAB/PR, a exemplo de outros Estados, estabeleceu um piso ético de remuneração para os advogados em início de carreira (R\$ 2.800).

Entretanto, dia após dia são contratados advogados para trabalhar dignamente em troca de um salário vil, desonroso e aviltante.

Então, perguntamos mais uma vez: de quem é a luta e por quem lutamos?

Advogados e advogados, parecem reivindicar a mesma dignidade e respeito. Exigem dos juízes maior valorização da profissão, contudo não valorizam seus semelhantes.

A luta pela valorização será posta em prática dentro de casa?

As manifestações precedem a conquista de direitos, mas a conquista não pode ser

egoísta nem individualmente considerada.

A conquista deve ser da classe e para todos que a ela pertencem.

Afinal de contas, todos os advogados merecem uma contraprestação digna e decente, para que não sejam aviltados em seus direitos mais primários.

E, somente assim, poderá se conceber a ideia de que, "no dia em que seu filho lhe pedir conselho sobre o futuro, considere uma honra aconselhá-lo a ser advogado" (Eduardo Couture).

HALINE OTTONI ALCANTARA COSTA MONGE  
e AUGUSTO RODRIGO GOZZE  
são advogados em Londrina

---

*Todos os  
advogados  
merecem uma  
contraprestação  
digna e decente,  
para que não  
sejam aviltados em  
seus direitos mais  
primários*

---

26 ABR 2014

FOLHA DE LONDRINA  
CASO LAVA JATO

# Justiça abre ação contra ex-diretor da Petrobras

Paulo Roberto Costa é acusado de desvio de recursos públicos na construção da refinaria Abreu e Lima

Rubens Chueire Jr.  
Reportagem Local

**Curitiba-** A Justiça Federal do Paraná acolheu ontem a quarta denúncia referente à Operação Lava Jato, e a primeira que cita o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa. Ao todo, há 18 réus em ações ligadas à operação. A Polícia Federal (PF) indiciou 46 pessoas.

Costa tornou-se réu numa ação sob acusação de desvio de recursos públicos na construção da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, e também foi citado por prática de lavagem de dinheiro e formação de quadrilha.

A ação penal aponta outras nove pessoas, mas a 13ª Vara Federal acatou a denúncia contra quatro (Antônio Almeida Silva, Márcio Andrade Bonilho, Murilo Tenna Barros e Waldomiro Oliveira), alegando que os demais (Alberto Youssef, Leonardo Meirelles, Leandro Meirelles, Pedro Argeze Júnior e Esdra de Arantes Ferreira) já são réus em outras ações sobre o mesmo tema.

Segundo a denúncia do Ministério Público Federal (MPF) do Pa-

*Obra orçada em R\$ 2,5 bi teria alcançado valor global superior a R\$ 20 bi*

raná, a organização integrada por Costa “tinha por finalidade a prática de crimes de lavagem dos recursos financeiros auferidos de crimes contra a administração pública, mais precisamente com a Petrobras”.

De acordo com o documento, Paulo Roberto e Alberto Youssef seriam os líderes do grupo criminoso e os principais responsáveis pela lavagem de dinheiro dos recursos desviados. Os demais teriam participação segundo as variadas etapas da lavagem. Um trecho do documento aponta que “os desvios ocorreram de 2009 até 2014, e se referem a quantias relacionadas ao pagamento de contratos superfaturados a empresas que prestaram serviços direta ou indiretamente à estatal, com a colaboração e intermediação de Costa”. O MPF ainda lembra que a obra da refinaria, no município de Ipojuca (PE), estava orçada inicialmente em R\$ 2,5 bilhões, teria alcançado atualmente o valor global superior a R\$ 20 bilhões.

## TRANSFERÊNCIA

Ontem à noite o juízo da 13ª Vara também autorizou a transferência de Paulo Roberto Costa para a Penitenciária Estadual de Piraquara II (PEP II), na Grande Curitiba, e determinou urgência. A decisão foi tomada devido a notícias que foram veiculadas dizendo que Costa estaria sofrendo “ameaças” na carceragem da PF, onde está preso desde 20 de março, por reclamar das condições de tratamento no local. Além disso, o juiz destaca na decisão sobre a transferência que “a carceragem é cela de mera passagem para presos provisórios e não é, de fato, adequada para permanência por longo período”.

A defesa de Costa informou, por meio de nota, que está dirigindo petição ao juiz Sérgio Moro com pedido de reconsideração da decisão de transferir o ex-diretor da Petrobras para a PEP II. “Ao determinar essa transferência, o juiz torna

real a ameaça da PF, relatada no bilhete escrito por Paulo Roberto no último fim de semana”, afirma

na nota, o advogado Fernando Fernandes. Segundo a defesa, o juiz não tomou nenhuma providência para assegurar os direitos fundamentais de Costa, preso desde o dia 20 de março.

CONTINUA

26 ABR 2014

## FOLHA DE LONDRINA

### CONTINUAÇÃO

“Foi o juiz de plantão da primeira instância, durante o último feriado, quem assegurou o direito a banho higiênico e a banho de sol a Paulo Roberto Costa”, completa a nota.

A Superintendência da Polícia Federal no Paraná informou que abriu dois procedimentos para apurar os fatos relatados pelo preso, um de cunho administrativo e outro criminal.

Já sobre a denúncia contra seu cliente, o advogado Fernando Fernandes informou também em nota que “não há indícios de que Paulo Roberto tenha recebido qualquer valor” enquanto era executivo da Petrobras. Para ele, “a denúncia é vazia e não traz nenhum fato específico”.

# MP ajuíza ação contra PMs

Rubens Chueire Jr.  
*Reportagem Local*

**Curitiba** - A 6ª Promotoria de Justiça de Colombo, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), ajuizou ontem uma ação civil pública contra dois policiais militares por ato de improbidade administrativa. Segundo a ação, no dia 4 de março deste ano, os PMs teriam torturado um adolescente no bairro Alto Maracanã. O jovem era suspeito de tentar roubar um veículo.

Conforme o promotor de Justiça de Colombo, Paulo Conforto, responsável pela ação, se condenados, os policiais poderão perder os cargos, serem obrigados a reparar o dano, e ainda terão suspensos os direitos políticos por um período que varia de três a cinco anos. Eles ainda poderão ser obrigados a pagar multa de até cem vezes o valor da remuneração recebida pelos agentes.

“Após alguns dias do ocorrido, algumas imagens sobre a abordagem realizada pelos policiais foram encaminhadas anonimamente para a Promotoria. A partir disso, e também com o depoimento de testemunhas, a 5ª Promotoria processou criminalmente os oficiais pela prática e tortura e, agora, foi protocolada a ação civil de ato de improbidade”, explicou o promotor.

## **PMPR**

A Corregedoria da Polícia Militar do Paraná (PMPR) informou que os dois policiais seguem presos no Batalhão da Polícia Militar de Guarda, e que um inquérito policial militar referente ao caso está em andamento. Além disso, também foi aberto um processo administrativo para apurar as infrações que teriam sido cometidas. “Caso fique comprovado que eles são culpados, serão expulsos da corporação”, disse o coronel Antonio Carlos do Carmo, da Corregedoria.

26 ABR 2014

# FOLHA DE LONDRINA

## **Gaeco prende superintendente de delegacia**

**Curitiba** - Agentes do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) prenderam na quinta-feira o superintendente da Delegacia de Polícia Civil do Alto Maracanã, em Colombo, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), pelo crime de corrupção passiva. O investigador foi autuado por ter recebido R\$ 300 para garantir proteção a um comerciante. O coordenador do Gaeco, Leonir Batisti, informou que a denúncia chegou por meio de comerciantes que vinham sendo intimidados pelo investigador. O investigador está preso na carceragem da Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos em Curitiba. (Rubens Chueire Jr./  
**Reportagem Local**)

26 ABR 2014

# FOLHA DE LONDRINA

## Policial não passou por avaliações psicológicas

Rodrigo Batista

Equipe Bonde

**Curitiba**— O policial civil que matou a namorada e tentou suicídio na quinta-feira estava afastado das funções nas ruas e passava por procedimentos disciplinares, no entanto, no entendimento da Polícia Civil, não apresentou qualquer desvio ou problema psicológico. O autor do crime também não passou por qualquer avaliação psicológica desde que ingressou na corporação.

Napoleão Seki Junior, de 38 anos, atirou contra a namorada, uma jovem de 23 anos, após uma discussão entre o casal no bairro Alto da XV, em Curitiba. Antes do crime, ele chegou a algemar a vítima, que mesmo assim tentou fugir. Na sequência, o policial disparou quatro vezes contra a jovem, que morreu no local. Seki atirou contra o próprio pescoço, mas foi encaminhado com vida para o Hospital Cajuru. Ele passou por uma cirurgia e seguia internado na UTI em estado gra-

ve.

Segundo o delegado chefe da Divisão de Investigação Criminal (DIC) da Polícia Civil, Luiz Alberto Cartaxo, desde que ingressou na corporação, em 2010, o policial se envolveu em duas situações pelas quais respondia disciplinarmente. Apesar disso, a arma não foi retirada dele. “A arma é objeto de defesa do policial. Só são retiradas as armas daqueles policiais que apresentam evidente falta de condição”, justificou.

O único exame psicológico pelo qual passou o autor do crime foi em 2010, quando entrou na corporação. Cartaxo defende o fato de ele não ter passado por nenhuma outra avaliação porque dentro da Polícia Civil não foi constatada qualquer evidência de desvio psicológico do autor do crime. “Ele foi alvo de um surto. A motivação não nos interessa. Nada justifica esse ato. Ele será alvo de todos os procedimentos e responderá de forma incisiva.” Seki deverá responder por homicídio qualificado.

### Prevenção da violência

**Londrina**— Estão abertas até o dia 12 de maio as inscrições para o 2º Seminário de Prevenção: violência doméstica contra crianças e adolescentes - a percepção do fenômeno no ambiente escolar, promovido pelo Laboratório de Tecnologia Educacional da Universidade Estadual de Londrina (UEL), que será realizado no dia 15 de maio. O objetivo é consolidar um grupo de estudos sobre o fenômeno da violência doméstica contra crianças e adolescentes através de encontros periódicos. Informações pelo fone (43) 3371-4518 ou pelo e-mail labted@uel.br.

27 ABR 2014

# FOLHA DE LONDRINA

## Internet e exposição

**A** internet pode ser considerada um dos símbolos da vida moderna. Com apenas um clique, e de qualquer lugar, o usuário têm acesso a um mundo infinito de informações. Se essa nova ferramenta proporcionou avanços incríveis à humanidade e revolucionou a maneira como o ser humano se relaciona, também há prejuízos incalculáveis. Além de fraudes financeiras e roubo de dados pessoais, um dos assuntos que têm gerado muita discussão é a divulgação de imagens sensuais e pornográficas de pessoas de todas as idades.

Além da exploração sexual, o que tem chamado atenção das autoridades é o compartilhamento de imagens entre adolescentes. Grande parte dos casos, fotos em poses sensuais ou eróticas são encaminhadas espontaneamente pelos próprios adolescentes ou adultos, por meio do smartphone, para namorados ou grupo de amigos. A partir daí, as consequências são imprevisíveis.

O Núcleo de Combate ao Cibercrime (Nuciber) da Polícia Civil do Paraná recebe, em média, 20 denúncias por mês apenas sobre vazamento de fotos de conteúdo erótico na internet, a maioria protagonizada por adolescentes. Já a ONG SaferNet Brasil divulgou que os pedidos de ajuda relativos a casos de sexting e selfie com nudez dobraram em 2013.

Por isso, a educação e a orientação a crianças e adolescentes se faz tão importante. O problema não pode mais ser ignorado pelos pais. É preciso explicar aos filhos os riscos e os eventuais prejuízos que uma exposição inadequada pode trazer. Vinculação com rede de pedofilia e prostituição, chantagens, além da divulgação na própria web ou entre grupo de amigos, são alguns dos exemplos. Além disso, as imagens podem circular por anos na rede.

Outro ponto importante é a punição. Autores de crimes cibernéticos precisam ser responsabilizados e devem receber penas severas. A internet não pode continuar a ser vista como "terra de ninguém". O Marco Civil, sancionado recentemente, deve normatizar esse ambiente.

27 ABR 2014

FOLHA DE LONDRINA

# Jogo sexual expõe adolescentes na web

Delegacia especializada atende mensalmente pelo menos 20 vítimas que compartilham fotos com conteúdo erótico

66

*Fotos podem ficar disponíveis por décadas. A longo prazo, é possível que os filhos encontrem cenas de sexo protagonizadas pelos próprios pais”*

*Meninas corresponderam a 77,14% das vítimas que tiveram intimidade exposta na internet; maioria (35,71%) tem entre 13 e 15 anos de idade*

Carolina Avansini  
Reportagem Local

**U**m jogo sexual que envolve o compartilhamento de imagens de si mesmo com pouca ou nenhuma roupa, acompanhadas de convites eróticos para amigos, namorados e ficantes, ganha cada vez adeptos entre adolescentes. Trata-se do sexting, uma prática cujas consequências acendem a luz de alerta sobre a necessidade de orientar meninos e meninas com relação aos riscos de expor a privacidade em redes sociais como Facebook ou Whatsapp.

O Núcleo de Combate ao Cibercrime (Nuciber) da Polícia Civil do Paraná recebe uma média de vinte denúncias mensais apenas sobre o vazamento de fotos de conteúdo erótico na inter-

net, a maioria protagonizada por adolescentes. Já a ONG SaferNet Brasil divulgou neste mês que os pedidos de ajuda relativos a casos de sexting e selfie com nudez dobraram em 2013. Foram 48 registros em 2012 e 101 casos no ano passado. Somente nos dois primeiros meses de 2014 já foram 21 casos relatados. No ano passado, neste mesmo período, foram apenas três relatos. Os pedidos de ajuda tiveram origem em 166 municípios brasileiros.

A ONG divulgou também que dos 1.861 atendimentos realizados através de e-mail e chat entre 2012 e 2013, 77% foram para adolescentes e jovens. As meninas corresponderam a 77,14% das pessoas prejudicadas pela prática. O dado mais alarmante, porém, diz respeito à idade das vítimas: a

maioria, 35,71%, tem entre 13 e 15 anos.

“Esta idade é mais sensível à prática de sexting e selfies de nudez porque estão iniciando a sexualidade”, explica a psicóloga Juliana Cunha, coordenadora do Helpline Brasil, serviço de apoio às vítimas de crimes virtuais oferecido pela SaferNet. Segundo ela, muitas meninas se fotografam até mesmo para compreender as mudanças corporais pelas quais estão passando. “Elas têm corpo de mulher, mas ainda falta maturidade para entender as consequências do compartilhamento de intimidades na internet”, ressalta.

**CONTINUA**

# FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

27 ABR 2014

Quando a imagem cai na rede, fica difícil mensurar as consequências. “As fotos viralizam rapidamente e podem ficar disponíveis por décadas. A longo prazo, é possível que os filhos encontrem cenas de sexo protagonizadas pelos próprios pais”, alerta.

Outra consequência, mais imediata, é a sensação de vergonha e o risco de ser ofendida ou até agredida. “É como aparecer pelada em um outdoor”, compara. Além disso, as fotos podem acabar em sites de pornografia sem a vítima sequer ficar sabendo.

A ONG realiza atendimento através de um chat em tempo real, das 13 às 19 horas, e também por e-mail. “Oferecemos acolhida, suporte psicológico e orientações sobre as providências possíveis de serem tomadas”, esclarece. Conforme Juliana, a primeira reação das vítimas é o medo da opinião dos outros e das consequências imediatas da divulgação das imagens. “A maior preocupação é tirar as fotos do ar o mais rápido possível, antes de viralizar”, conta. “No caso de imagens de nudez ou sexo explícito envolvendo adolescentes, a própria ONG aciona as autoridades para tentar remover da rede o mais rápido possível”, esclarece.

No caso de adultos, tirar as fotos do ar é mais difícil porque a princípio não configura um crime e o processo envolve vias judiciais. Juliana alerta que esta realidade preocupa porque, no ranking de atendimentos, os jovens de 18 a 25 anos ocupam o segundo lugar, com 32,14% dos contatos.

Sobre o aumento da demanda pelo serviço, Juliana avalia que “já era esperado”. “Resulta do uso mais precoce e intenso das tecnologias”, afirma. Além disso, dois casos de meninas que se suicidaram no Rio Grande do Sul e no Piauí após terem fotos expostas nas redes sociais, no segundo semestre do ano passado, aumentaram o interesse pelo assunto.

## SERVIÇO

O Helpline Brasil é um serviço gratuito oferecido pela ONG SaferNet Brasil para esclarecer dúvidas, ensinar formas seguras de uso da internet e também orientar crianças, adolescentes, pais e educadores sobre situações de violência on-line como humilhações, intimidações, chantagem, tentativa de violência sexual ou exposição forçada em fotos ou filmes sensuais. O HelpLine Brasil faz parte da rede global de canais de ajuda e orientação Child Helpline Internacional, presente em 133 países. O canal está disponível em dois endereços [www.helpline.org.br](http://www.helpline.org.br) ou [www.canaldeajuda.org.br](http://www.canaldeajuda.org.br).

CONTINUA



# Redes de pedofilia se apropriam de fotos de sexting

Em Londrina, Nuciber investiga página que divulgava imagens eróticas e sensuais de adolescentes da cidade

Carolina Avansini  
Reportagem Local

**A** frente da mais antiga delegacia de investigação de crimes cibernéticos no Brasil, o delegado Demetrius Gonzaga de Oliveira, responsável pelo Núcleo de Combate a Cibercrimes (Nuciber) da Polícia Civil do Paraná, está acostumado a lidar com todo tipo de denúncias envolvendo crimes virtuais. Não deixa, porém, de demonstrar perplexidade diante do aumento de casos de fotos que foram produzidas para sexting que acabam vazando em toda a internet.

Segundo ele, a maioria das vítimas são meninas que mandam imagens para namorados ou garotos por quem têm interesse. O problema é que, uma vez compartilhada, a foto é passada de celular para celular, através de Whatsapp ou bluetooth, e acaba expondo as adolescentes a situações vexatórias. Nas investigações que já

conduziu, Oliveira observou que muitas garotas produzem as fotos deliberadamente, sem que ninguém tenha pressionado, e divulgam para mais de um garoto ou até mesmo em chats de conteúdo erótico, onde chegam a mentir a própria idade. "Adolescentes agem por curiosidade, revolta, demonstração de ousadia ou até mesmo solidão. O problema é que existem na internet muitos criminosos superacostumados a conversarem com com este pessoal", afirma, alertando que as chances das fotos caírem em redes de pedofilia é grande.

Em Londrina, o Nuciber conduz investigação sobre a página "Trankeiras de Londrina", retirada do ar e que divulgava fotos sensuais de adolescentes. De acordo com investigador de polícia Sérgio Augusto Ricardo, do Nuciber, que esteve na cidade semana passa-

*Pais podem ser responsabilizados em caso de divulgação*

da tomando depoimentos sobre o caso, trata-se de uma situação clássica de site que se apropria de fotos disponíveis na internet sem que as pessoas fotografadas saibam que as imagens foram apropriadas. Os administradores, cuja identidade está sendo investigada, alardeavam que a página "reúne em um só lugar as atividades sexuais de Londrina".

**CONTINUA**

27 ABR 2014

# FOLHA DE LONDRINA

## CONTINUAÇÃO

De acordo com o investigador a maioria das fotos era de adolescentes, tanto do sexo feminino como masculino. Uma das meninas expostas inclusive estuda em uma escola da cidade, o que foi comprovado comparando fotos do próprio perfil da garota no Facebook, evidenciando tratar-se de adolescente. Para chegar ao autor, o Nuciber aguarda autorização judicial para quebrar o sigilo e, assim, identificar o IP da máquina que gerava as postagens.

O policial reforça que este é o mesmo “modus operandi” de outros delitos do tipo, que envolvem divulgação de fotos tiradas de forma privada em sites de pornografia. “As meninas fazem as fotos sem imaginar que pode ter consequências”, diz.

O delegado Oliveira, do Nuciber, aponta que o aumento no volume de casos está diretamente ligado ao uso indiscriminado das tecnologias sem qualquer controle por parte dos pais. “Estudos na área de Direito abordam, inclusive, a possibilidade de responsabilizar os pais em caso de divulgação de fotos de sexting”, alerta. Ele atenta que muitas das fotos – inclusive de sexo explícito – são feitas por equipamentos que foram comprados e registrados no nome dos pais, tendo como cenário a própria casa das famílias. “É um total descontrole”, acusa, lembrando que o diálogo franco e direto sobre os riscos desta prática ainda é o melhor caminho para preveni-la. “Os pais devem conhecer os filhos para orientá-los”, afirma.

Este é o mesmo discurso da psicóloga Juliana Cunha, da SaferNet, que orienta os pais a criarem laços de confiança com os filhos, abrindo espaço para eles relatarem o problema sem ameaça de castigos e outras punições. “Falar sobre sexualidade com os adolescentes não estimula a prática do sexo, muito pelo contrário”, defende. Aos adultos, cabe orientar os adolescentes, também, sobre o caráter público da internet, incluindo redes sociais como whatsapp, operadas por telefones celulares.

**CONTINUA**

27 ABR 2014

FOLHA DE LONDRINA  
CONTINUAÇÃO

# 'As meninas me mandam fotos por amizade'

Adolescentes entrevistados pela FOLHA admitem com naturalidade que costumam receber imagens sensuais de garotas pelo celular

Carolina Avansini  
Reportagem Local

**A**dolescentes e jovens entrevistados pela FOLHA afirmaram com bastante naturalidade que costumam receber fotos de garotas pelo celular. Um dos rapazes, de 17 anos, revelou que também gosta de fazer autorretratos sensuais para publicar no Facebook. "Mas minha mãe conversou comigo e resolvi parar por causa da exposição da minha vida privada", disse. O prazer de receber elogios é o motivador da publicação das produções. "Me sinto bem quando as pessoas comentam que estou bonito", conta ele, cujas fotos são compartilhadas em várias fan pages cujo objetivo é divulgar fotos sensuais de adolescentes.

O celular do garoto tam-

bém é bastante movimentado. "As meninas me mandam fotos por amizade", diz ele, relatando que as amigas o abordam e pedem respostas com fotos dele próprio. "Mas não mando, porque não sei o que pode acontecer", disse.

Outro rapaz da mesma idade relata que recebeu algumas fotos de meninas conhecidas usando apenas lingerie. "Tenho um grupo fechado no Whatsapp que serve só para compartilhar imagens. De vez em quando repasso as fotos que recebi para estes amigos", conta. O garoto conta que muitos dos selfies sensuais que chegam ao grupo foram enviadas pelas meninas aos namorados. "Elas mandam na confiança. Aí, acontece algum problema, os dois brigam e as fotos caem na rede", revela.

O jovem de 22 anos que participa de um grupo do Whatsapp que tinha o objetivo inicial de aglutinar pessoas em torno de um time de futebol conta que, atualmente, o espaço é bastante usado para compartilhar fotos eróticas. "Tem de tudo, desde garotas de programa até meninas que mandaram fotos para os namorados e caíram na rede. A maioria são fotos recebidas de outros grupos e repassadas", diz, acrescentando que a maioria dos compartilhamentos é em cenários caseiros e produzidas de forma privada. "Não dá nem para saber a origem."

O estudante não vê nada de errado no hábito de receber e compartilhar fotos eróticas. "Entre os homens, este é um hábito corriqueiro", afirma.

CONTINUA

# FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

## RISCOS NA REDE

27 ABR 2014

### Compartilhamento de imagens de si mesmo com pouca ou nenhuma roupa nas redes sociais

dos internautas entre 9 e 23 anos já se envolveram em situações de sexting

20%

já sofreram cyberbullying

12%

têm algum amigo que já foi vítima de cyberbullying

35%

das crianças entre 9 e 11 anos recorrem aos pais em situações de risco na internet

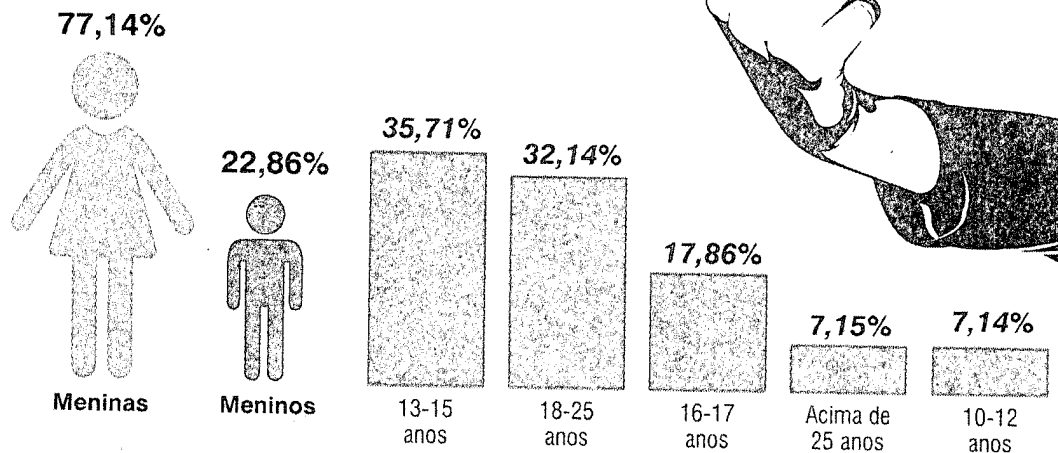
45%

Obs: Pesquisa realizada em 2013 com 2.834 adolescentes e jovens

### PERFIL DO PÚBLICO QUE PEDE AJUDA NO HELPLINE DA ONG SAFERNET

☑ Gênero

☑ Faixa etária



Fontes: SaferNet Brasil e GVT

Folha Arte

*“Elas mandam na confiança. Aí, acontece algum problema, os dois brigam e as fotos caem na rede”*

27 ABR 2014

# FOLHA DE LONDRINA

## INFORME FOLHA

### **Nova defesa**

A Mesa Executiva de Londrina deu, na última quinta-feira, prazo de sete dias para que a vereadora Sandra Graça (SDD) apresente, caso considere necessário, nova defesa prévia em relação ao pedido de abertura de Comissão Processante devido à condenação, em primeira instância, por manter funcionário fantasma em seu gabinete. De acordo com o presidente do Legislativo, Rony Alves (PTB), com base nesse novo documento, a Mesa Executiva vai avaliar se o pedido, feito por Emerson Petriv, o Boca Aberta (PSC), será submetido ao plenário ou arquivado. A vereadora tem sete dias corridos para entregar o documento. Já a análise da Mesa não tem prazo.

### **Primeira defesa**

Sandra Graça já apresentou defesa prévia à Câmara, mediante recomendação da Procuradoria Jurídica. A primeira oportunidade foi dada no fim de fevereiro, momentos antes de entrar em votação a abertura da Comissão Processante. Na ocasião, Sandra pediu o arquivamento da CP ou, caso o pedido fosse aceito, que só ocorresse após emissão de parecer da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar do Legislativo. Na defesa prévia à Câmara, Sandra afirma que o ex-assessor tirou férias em 2005, único período em que teria se ausentado e, somente quatro anos depois, com a notificação do Ministério Público, descobriu que as férias não teriam sido lançadas no registro funcional.

### **Na Justiça**

Sandra foi condenada em primeira instância pelo juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública de Londrina, Emil Tomás Gonçalves, junto com o ex-assessor Salvador Kanehisa, a devolver R\$ 9 mil e ter os direitos políticos suspensos por improbidade administrativa. Ela teve recurso negado no Tribunal de Justiça.

26 ABR 2014

## FOLHA DE S. PAULO

# Pedido exorbitante

Por relevantes que sejam os serviços do Ministério Público à sociedade, não podem ser irrestritos e ilimitados os poderes de investigação dos membros dessa instituição.

Embora óbvia, essa lembrança faz-se oportuna para o caso da promotora do Distrito Federal que apurava se o ex-deputado federal José Dirceu (PT), condenado no julgamento do mensalão, havia cometido uma falta grave ao supostamente utilizar um telefone celular enquanto cumpre sua pena no presídio da Papuda.

A princípio, não há qualquer problema num pedido judicial de quebra de sigilo telefônico nesse caso. É dever do Ministério Público fiscalizar se irregularidades são cometidas no sistema prisional, conduta ainda mais necessária quando sindicância administrativa, de forma enigmática, concluiu em meros cinco dias que as conversas não haviam ocorrido.

Ao que tudo indica, no entanto, a promotora Márcia Milhomens Sirotheau Corrêa extrapolou suas atribuições. Para proceder à investigação, ela solicitou a quebra do sigilo telefônico não apenas de indivíduos devida e previamente identificados, mas com base em coordenadas geográficas de extensa área em Brasília, que englobava inclusive o Palácio do Planalto, sede da Presidência da República, e o Su-

premo Tribunal Federal.

Pela “ausência de justificativas, explicações e pormenorizações” em um pedido “inteiramente inédito e heterodoxo”, a Advocacia-Geral da União ingressou com reclamação disciplinar contra a promotora na corregedoria do Conselho Nacional do Ministério Público.

Foram frágeis os argumentos trazidos por Corrêa na sustentação de seu pedido. A promotora alegou ter procedido conforme denúncias informais, feitas por pessoas que se recusaram a prestar depoimento formal e a divulgar sua identificação. Informou, ainda, que não desejava obter o conteúdo das conversas mantidas nas coordenadas geográficas requisitadas, só o registro das ligações efetuadas nesse perímetro.

É preciso lembrar que o sigilo telefônico não apenas protege o conteúdo de conversas entre pessoas, mas também o registro de quais ligações fizeram e receberam com seus aparelhos.

Menos mal que, em manifestação enviada nesta semana ao STF —onde o pedido de quebra de sigilo será julgado—, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, tenha opinado contra as pretensões de Corrêa, que considerou desproporcionais. O Ministério Público passaria melhor sem esse arranhão na sua imagem.

26 ABR 2014

FOLHA DE S. PAULO

# Janot dá parecer contrário ao pedido por dados de Dirceu

Procurador-geral diz que há um 'excesso sem justificativas' na solicitação

**Promotora do DF  
incluiu no pedido  
o rastreamento de  
ligações do Planalto  
e do próprio STF**

**MÔNICA BERGAMO**  
COLUNISTA DA FOLHA

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, deu parecer contrário ao pedido do Ministério Público para rastrear ligações feitas por aparelhos celulares entre o presídio da Papuda e o Palácio do Planalto.

A medida requerida pela promotora Márcia Milhomens Corrêa incluía coordenadas geográficas que poderiam alcançar também o Palácio do Planalto e o próprio STF (Supremo Tribunal Federal), embora essa intenção não estivesse explicitada no pedido.

O parecer será agora encaminhado ao ministro Joaquim Barbosa, que decidirá se o pedido de quebra deve ser arquivado e se Dirceu, depois disso, pode trabalhar fora do presídio. Janot diz, no documento, que "há um excesso sem justificativas plausíveis e uma pretensão totalmente desarrazoada" no pedido da promotora.

"O pleito não merece acolhimento, desbordando de todos os procedimentos normais" em apurações desse tipo, afirma ele.

"Os meios podem ser idôneos para atingir o fim, entretanto desproporcionais em relação ao chamado custo/benefício", segue Janot. "Os meios escolhidos devem manter uma relação razoável com o resultado pretendido".

Ele cita ainda o fato de que a suspeita era de que Dirceu teria falado ao telefone no dia 6 de janeiro, mas a promotora pediu a quebra de sigilo telefônico por um período de 15 dias. Para Janot haveria um "total descompasso da injustificada pretensão de pedir quebras de sigilos telefônicos dentro desses quadrantes".

Condenado a 7 anos e 11 meses de prisão em regime semiaberto, o ex-ministro ainda não recebeu aval para trabalhar no escritório de advocacia de José Gerardo Grossi, em Brasília, com um salário de R\$ 2,1 mil mensais.

26 ABR 2014

# FOLHA DE S. PAULO

## Promotoria pede bloqueio de bens de pai de Bernardo

### Laudo técnico descarta hipótese de o menino ter sido enterrado vivo no RS

**Advogado do médico não é achado para falar sobre medida; ele já tinha negado participação no crime**

DE PORTO ALEGRE

O Ministério Público do Rio Grande do Sul pediu o bloqueio dos bens do médico Leandro Boldrini, preso sob suspeita de envolvimento na morte do filho Bernardo, 11.

O corpo do garoto foi achado em um matagal na semana passada. Foram detidas também a madrasta de Bernardo, Graciele Ugolini, e a assistente social Edelvânia Wirganovicz.

Segundo a promotora Dinamárcia Maciel, a medida foi tomada para impedir que o médico se desfaça do patrimônio de Bernardo para custear sua defesa.

Bernardo era herdeiro dos bens da mãe, Odilaine Boldrini, que morreu em 2010. O inventário dela, diz a Promotoria, ainda não foi concluído.

A promotora também quer a regularização da guarda da filha de um ano e meio de Leandro e Graciele, que permanece com avós maternos desde a prisão dos dois.

Segundo Dinamárcia, se o casal for formalmente acusado e conseguir aguardar o julgamento em liberdade, não

seria “seguro” a permanência da menina com eles.

O Ministério Público também quer verificar se os avós “apoiam” os atos supostamente cometidos pelo casal. Se isso for confirmado, diz Dinamárcia, eles também não poderão ficar com a criança.

Familiares de Leandro também pleiteiam a guarda da menina. A Promotoria diz que há possibilidade de ela ficar com uma família substituta.

Um laudo divulgado ontem concluiu que Bernardo não foi enterrado vivo.

#### OUTRO LADO

O advogado de Leandro Boldrini não foi localizado ontem para comentar os pedidos do Ministério Público de bloqueio de bens e retirada da guarda da filha.

Em ocasiões anteriores, sua defesa negou envolvimento do médico na morte do filho e disse que ele pagou um preço por ser “absurdamente dedicado ao trabalho”;

A defesa de Graciele diz que ainda analisa o caso. Já o advogado de Edelvânia nega envolvimento dela na morte do menino, mas admite participação na ocultação do cadáver.

O inquérito sobre a morte ainda não foi concluído.



26 ABR 2014

## FOLHA DE S. PAULO

### No PR, policial algema e mata namorada no meio da rua

Investigador atirou em si mesmo e está internado

Um policial civil de 38 anos algemou e matou a tiros, no meio da rua, a namorada de 21 anos. O crime ocorreu em um bairro central de Curitiba, na última quinta-feira.

A ação chegou a ser filmada por testemunhas. Motoristas e pedestres viram o policial Napoleão Seki Júnior discutir com a namorada, a estudante Paola Natália Cardoso, dentro de um carro.

Após alguns minutos, ele agarrou a mulher e a levou para fora do veículo, onde a algemou, deitando-a contra o chão. Paola gritava por socorro, mas Seki Júnior ameaçava quem tentava intervir, dizendo que estava armado.

O policial arrastou a namorada para o outro lado da rua e atirou contra ela, que morreu na hora. Em seguida, disparou contra si próprio.

Seki Júnior está internado em estado gravíssimo no Hospital Cajuru, sob custódia. Ele foi preso em flagrante e responderá por homicídio.

O policial é investigador da Polícia Civil do Paraná desde 2010. Ele responde a processos disciplinares ainda em andamento — a polícia não informou os motivos das investigações. Também é réu num processo por disparo e porte ilegal de arma de fogo em Mauá (SP), de 2012.

O nome de Seki Júnior foi divulgado em nota pela própria Polícia Civil do Paraná. A **Folha** não conseguiu localizar a defesa do policial.

# FOLHA DE S. PAULO

## Nomes do Judiciário investem na política

Juízes, promotores e procuradores planejam sair candidatos neste ano

**A ex-ministra do STJ Eliana Calmon puxou a fila ao se filiar ao PSB para concorrer ao Senado pela Bahia**

**JOÃO PEDRO PITOMBO**  
DE SALVADOR

Com ações de combate à corrupção no currículo, nomes do Judiciário e do Ministério Público ensaiam se lançar à política neste ano. Em ao menos cinco Estados, procuram viabilizar candidaturas ao governo ou ao Senado.

Famosa pela crítica aos “bandidos de toga”, a ex-ministra do STJ (Superior Tribunal de Justiça) Eliana Calmon puxou a fila e se filiou ao PSB em 2013 para concorrer ao Senado pela Bahia.

Há ainda dois procuradores, um promotor e um juiz que deixaram o Judiciário para disputar, respectivamente, os governos de Alagoas, Tocantins, Amapá e Mato Grosso.

Em comum, prometem defender as bandeiras da ética e da qualidade do gasto público, demandas que apareceram com força durante os protestos de junho de 2013.

“A sociedade está descontente, não se sente representada e quer mudança dos ato-

res políticos”, diz Calmon.

Em Alagoas, o ex-procurador-geral de Justiça Eduardo Tavares (PSDB) é o nome da situação para a sucessão de Teotonio Vilela Filho (PSDB).

A aposta tucana é no histórico de ações de Tavares contra o crime organizado e a “máfia do lixo” em Maceió.

“A população busca um novo perfil de candidato”, diz Tavares, que deverá enfrentar Renan Filho (PMDB), filho do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB).

Em Mato Grosso, o juiz Julier Sebastião da Silva trocou uma carreira na Justiça Federal que duraria até 2023 para tentar ser chefe do Executivo pelo PMDB. Nas urnas, deverá disputar votos com o senador Pedro Taques (PDT), ex-procurador da República.

Após condenar centenas por crimes ambientais e de improbidade administrativa, entre outros, Silva diz que a guinada política responde a uma demanda por “candidatos com espírito público”.

Ele diz que “não começou ontem”. “Tive uma carreira de 19 anos no Judiciário, sempre com independência.”

No Tocantins, o ex-procurador da República Mário Lúcio Avelar (PPS) tenta viabili-

**66** A sociedade está descontente, não se sente representada e quer mudança dos atores políticos

**ELIANA CALMON**  
ex-ministra do STJ e pré-candidata ao Senado pelo PSB-BA

É preciso ter maturidade e não tratar esses personagens [ex-magistrados candidatos] como salvadores da pátria

**JOÃO RICARDO COSTA**  
presidente da Associação de Magistrados do Brasil

zar seu nome ao governo, construindo palanque para a candidatura de Eduardo Campos (PSB) ao Planalto.

O ex-procurador, que atuou nos escândalos dos sanguesugas (desvio de verbas federais da saúde) e dos aloprados (tentativa de compra de dossiê contra tucanos por petistas nas eleições de 2006), enfrenta resistências no PPS, que apoia o ex-governador Siqueira Campos (PSDB).

No Amapá, o ex-promotor Moisés Rivaldo ingressou no PEN para disputar o governo, mas ainda tenta costurar o apoio de outros partidos.

O presidente da AMB (Associação de Magistrados do Brasil), João Ricardo Costa, diz ver com cautela as investidas políticas de nomes ligados ao mundo jurídico. “É preciso ter maturidade e não tratar esses personagens como salvadores da pátria.”

**CONTINUA**

27 ABR 2014

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

**PRINCIPAIS CANDIDATOS**  
Juizes e procuradores vão concorrer às eleições deste ano



➤ **ELIANA CALMON**

**Carreira:**  
Ministra do Superior Tribunal de Justiça (1999-2013), foi corregedora do Conselho Nacional de Justiça (2010-2012)

**Atuação:**  
Ficou conhecida por suas investigações sobre magistrados e por seus embates contra as entidades de classe



➤ **MÁRIO LÚCIO AVELAR**

**Carreira:**  
Procurador da República desde 1996, atuou em São Paulo, Tocantins, Distrito Federal e Mato Grosso

**Atuação:**  
Investigou o caso Lunus (2002), Waldomiro Diniz (2004), Sanguessugas e Alopados (ambos em 2006)



**JULIER SEBASTIÃO**

**Carreira:**  
Foi assessor jurídico da Comissão Pastoral da Terra, procurador do Estado e juiz federal de 1995 a 2014

**Atuação:**  
Ordenou a prisão do "comendador" João Arcanjo Ribeiro, em 2002, e reduziu indenizações agrárias

27 ABR 2014

# FOLHA DE S. PAULO

## Um ato nada informal

**JANIO DE FREITAS**

**Denúncias informais  
não justificam algo tão  
grave como a violação de  
comunicações do Planalto**

*AO REPETIR, sem necessidade, o seu pedido de investigação de um alegado telefonema de José Dirceu há três meses e 20 dias, a promotora Márcia Milhomens Sirotheau Corrêa comprometeu mais a Promotoria do Distrito Federal com procedimentos impróprios e suspeitos, extensivos ao Judiciário do DF.*

*No pedido anterior ao juiz da Vara de Execuções Penais e, como etapa seguinte, ao presidente do Supremo Tribunal Federal, a promotora fizera o uso anormal de coordenadas geográficas para indicar as localizações dos celulares a terem seu uso investigado. As coordenadas, como constatou o advogado José Luis de Oliveira Lima, defensor de José Dirceu, correspondem à prisão da Papuda e ao Palácio do Planalto (viu-se, depois, que permitiriam violar também os celulares do Congresso e do Supremo).*

*O novo pedido não usa coordenadas geográficas. Refere-se ao Centro de Internamento e Reeducação, setor da Papuda, e “à área objeto das coordenadas mencionadas”. Logo, além do reconhecimento objetivo da não inconveniência de citação nominal, a promotora confirma o propósito de devassar as ligações feitas e recebidas de todos os celulares do Planalto. E até do Congresso e do Supremo, já conhecida também sua presença na “área objeto das coordenadas mencionadas”.*

*Fica atestada, portanto, a múltipla ilegalidade do recurso a coordenadas: a finalidade inexplicita e enganadora do seu uso, a quebra de sigilos telefônicos indeterminados*

*e generalizados e a violação de comunicações da Presidência da República —senão também do Congresso e do Supremo.*

*Não é preciso forçar a imaginação para antever o estado alucinante de “denúncias” e “acusações” que poderia ser criado com interpretações mal-intencionadas dos números movimentados por celulares no Planalto.*

*O fundamento invocado pela promotora são “denúncias trazidas ao Ministério Público em caráter informal”. Então, empatou. Denúncias em caráter informal dizem que a afirmação é falsa. Mas, se as primeiras satisfazem a promotora, nem por isso o fato de subscrevê-las lhe serve de alguma coisa. Como já disse o ministro José Eduardo Cardozo, “situações de informalidade, de suposições, não permitem uma quebra de sigilo no Estado de Direito”. Mas, sobretudo, as alegadas denúncias não justificam o uso de coordenadas capazes de induzir algo tão grave como a violação de comunicações originárias da Presidência da República.*

### OS ESCUROS

*A decisão liminar da ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal, de que a CPI aprovada no Senado se ocupe da Petrobras, e não também da corrupção no metrô e nos trens paulistas, corresponde ao que sempre foram as CPIs. O que surpreende é o argumento aparentemente decisivo para a ministra: a preservação de direitos da minoria*

*(no caso, a oposição, proponente da CPI da Petrobras). Investigar também os dois assuntos de corrupção em São Paulo não seria impedimento à investigação da Petrobras e, portanto, ao direito da minoria.*

*Se Renan Calheiros e outros quiserem fazer uma CPI para os casos paulistas, como apregoam, os fatos já conhecidos a respeito mais do que justificam a iniciativa: é indecente que esses dois casos só se tornassem conhecidos no Brasil, e apenas conhecidos, por investigações feitas na Europa.*

*A exploração política e eleitoreira que a oposição e meios de comunicação fazem do caso Petrobras está prejudicando mais a empresa, patrimônio nacional com imensa importância externa, do que alcançando os fatos e respectivas responsabilidades. Registrem-se também certas contribuições sorrateiras da Polícia Federal. Mas nem há o que discutir quanto à necessidade de investigação das longas obscuridades da Petrobras, que não são poucas.*

27 ABR 2014

## FOLHA DE S. PAULO

# O problema das biografias autorizadas

JOSÉ AFONSO DA SILVA

As chamadas biografias autorizadas não raro são escritas por encomenda, mediante pagamento. Personalidades que se acham importantes contratam com algum escriptor a elaboração de sua biografia, que é submetida à sua apreciação, de sorte que, se for por ele aprovada, será publicada, se não, não o será. São sempre panegíricas, e é para ser elogiado que o biografado contrata a biografia.

A esse propósito, lavra a discussão, entre nós, tendo em vista o disposto no art. 20 do Código Civil, de 2002, com base no qual Roberto Carlos foi a juízo para proibir a divulgação de sua biografia sem sua autorização. A questão da constitucionalidade do dispositivo pende de decisão do Supremo Tribunal Federal. Este texto quer ser uma contribuição ao debate.

Aquele artigo declara, em essência, que, salvo autorização, a divulgação de escrito, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas a seu requerimento, sem prejuízo da indenização que couber. Aí está dito: "Salvo autorização, a divulgação de escrito... de uma pessoa...".

A primeira questão interpretativa que se apresenta é esta: escrito de

**A biografia é uma atividade intelectual livre, que não pode sofrer censura nem restrição nem precisa de licença para ser publicada**

uma pessoa, como está dito no artigo, ou escrito sobre uma pessoa, como um grupo formado por Caetano Veloso, Chico Buarque, Gil e o próprio Roberto Carlos querem ou quiseram. De fato, o art. 20 não proíbe a divulgação ou publicação de escrito sobre uma pessoa, que é o que define uma biografia. Por outro lado, a imagem de uma pessoa pode ser imagem-figura e imagem-atributo.

Divulgar escrito entra neste segundo tipo. É claro que o escrito de uma pessoa só pode ser divulgado ou publicado com sua autorização, porque aí está envolvido o direito econômico e moral do autor, razão por que se fala em indenização.

De toda forma, o dispositivo deve ser interpretado tendo em vista regras da Constituição de 1988, sobretudo o disposto no art. 5º, IX, segundo o qual "é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou de licença". E ainda há o art. 220, segundo o qual

a manifestação do pensamento, a criação e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição.

A biografia é uma atividade intelectual, inequivocamente, é manifestação do pensamento, é criação e até informação, além de sua dimensão histórica. Logo, é uma atividade livre que não pode sofrer censura nem restrição nem precisa de licença para ser publicada.

Demais, o invocado direito à privacidade para exigir-se a autorização não ocorre no caso, primeiro tendo em vista aquela liberdade garantida nos dispositivos constitucionais, segundo a pessoa notória, que se torna de interesse público pela fama ou significação intelectual, artística ou política e não poderá alegar ofensa a seu direito à imagem se a divulgação estiver ligada à ciência, às letras, à moral, à arte e à política.

As biografias autorizadas caem no rol do panegírico, do louvor, ou porque o biógrafo ganhou para elaborar-la ao gosto do biografado, ou porque o biógrafo admira tanto o biografado que seu objetivo é mesmo destacar suas qualidades.

JOSÉ AFONSO DA SILVA, 88, constitucionalista, é professor aposentado de direito da USP

# FOLHA DE S. PAULO

## Filhos de Maksoud contestam validade de testamento do pai

### Metade da fortuna de R\$ 350 milhões ficou para mulher

Os advogados de Roberto e Cláudio Maksoud contestam a validade de um testamento no qual o empresário Henry Maksoud, morto no último dia 17, aos 85 anos, dedica 50% de sua fortuna estimada em R\$ 350 milhões para sua segunda mulher, Georgina, e o neto Henry Maksoud Neto.

A outra metade é destinada aos filhos Roberto e Cláudio.

Eles devem entrar com uma ação contra o testamento, de poucas linhas, que é datado de 2003 e assinado por Maksoud e duas testemunhas.

“Vamos pedir perícia para identificar a idade do papel e da tinta e a veracidade da assinatura”, diz o advogado Luiz Roselli Neto. “Chama atenção que um empresário com a experiência dele fizesse um documento particular.”

Roselli diz que, se fosse esse o desejo do empresário, ele teria feito um documento formal, registrado em cartório.

Georgina e Maksoud casaram-se em 2011 com separação total de bens. Aos familiares, ela afirma que tinha uma relação estável com o empresário desde os anos 80.

No início do ano, os filhos ajuizaram uma ação, extinta com a morte de Maksoud, com pedido de interdição do pai.

Eles alegavam que a madrasta não permitia que os filhos o visitassem. A ação inclui depoimentos de ex-funcionários do empresário ao Ministério Público, acusando Georgina de maus tratos.

Os irmãos cogitaram fazer a exumação do corpo para provar a demência do pai, mas agora acredita-se que as provas produzidas na ação de interdição sejam suficientes.

Também está para ser concluída uma ação de paternidade movida por uma suposta filha de Maksoud. A Folha não localizou os advogados de Georgina. (MARIANA BARBOSA)

27 ABR 2014

26 ABR 2014

# IMPACTO PARANÁ



Clayton Camargo

## ESQUECIMENTO

Filho e pai estão apostando na falta de memória dos paranaenses quanto aos episódios que os envolveram na Assembleia Legislativa, no Tribunal de Contas e no Tribunal de Justiça do Paraná. Já tem gente admitindo que aquele que voltou, Fabio Camargo, ao cargo de conselheiro do TC, fechando o bico dos discursos contundentes, especialmente contra a Gazeta do Povo, cumpre a estratégia do pai que aguarda esperançoso a confirmação de uma aposentadoria bem remunerada no TJ-PR de onde desembarcou da Presidência em meio a conturbadas situações.

## CANTINHO SIGILOSO

Fabio Camargo voltou para o Tribunal de Contas como conselheiro e aposta conquistar também em instância superior o sucesso para a manutenção do seu cargo que continua sub-júdice. Segue o mesmo estilo do pai, desembargador Clayton Camargo que desembarcou da presidência do Tribunal de Justiça do Paraná em meio a conturbados episódios, e teve impedida, inclusive, sua aposentadoria bem remunerada. Enquanto o CNJ continua examinando situações que o envolveram, o mesmo se retirou do cenário de especulações no Centro Cívico, e aguarda esperançoso uma volta que uns e outros já admitem, preocupando a Gazeta do Povo, principalmente, alvo de pai e filho em situações escandalosas. Apostando no silêncio, por enquanto, os dois estão trabalhando através bem remunerados e famosos advogados para o que imaginam uma volta por cima.

# IMPACTO PARANÁ

## JUSTIÇA

**Osmann de Oliveira**  
-Advogado

### LADRÃO É QUEM PAGA?

É muito fácil resolver o pagamento dos precatórios. Basta que o governo anule todos os pagamentos requeridos com base em procurações ou através de escrituras de cessões de direito. Todos esses instrumentos foram "extorquidos" de servidores públicos outros por agiotas e tiveram origem em compras dolosas.

O que não é justo é que o Estado, com a conivência do Judiciário e o Judiciário com a adesão do Estado se apossam do que não lhes pertence.

Se o indivíduo deixa de quitar qualquer valor para com o Poder público sofre "o diabo", como se diz popularmente. Agora quando o Estado é que deve aí engendram-se mil situações para nada se pagar ou se retardar a obrigação existente.

O comércio não fica muito atrás. Na hora da venda o sol parece brilhar mais. "Vendedores bem treinados começam por indagar, ridiculamente" posso ajudar?" Caminha ao lado do freguês e indaga: "como é o seu nome?" E assim passa a chamá-lo pelo apelido que você deu". No meio do negócio é lhe oferecido um cafezinho. Escolhido o produto a ser comprado o preposto dá o "GOLPE" final: "no cartão e sem juros faço a venda em até 10 vezes".

É MENTIRA.



26 ABR 2014

Juros e taxas já estão embutidos.

Aí vem o drama e se você não paga no dia do vencimento?

O seu nome fica sujo e vai para o lixo. Surgem vários meios coercitivos: Serasa, protesto cartorial, execução judicial, custas, advogados e cobradores.

É chato, pois, afinal quem vende quer receber. Agora quando o Estado, como um todo, é que deve e reconhece que deve simplesmente não paga! Apropria-se do dinheiro alheio. E vá o credor discutir na morosa justiça. Ai nem Santo Ivo (padroeiro dos advogados) e muito menos a nossa querida Themis, (deusa da justiça), conseguem ajudar... Passam-se dias, meses e anos e anos e os credores envelhecem e morrem.

O pior é que a Presidência da República, os governadores, senadores, deputados, prefeitos e vereadores nada fazem para corrigir os erros. Todos, entretanto, prometem, acusam-se, dizem que precisam de mais verbas e se as encontram criam mecanismos para gastá-las. E o pior, contribuinte e credor é quem fica olhando "a vaca ir p'ro brejo...".

Falei muito dentro de um mesmo tema. Não me levem a mal. Existe dentro da cabeça de quem escreve aquela mesma indignação que fez Jesus pegar de um chicote para expulsar os vendilhões do templo.



28 ABR 2014

**Destaque** **BEMPARANÁ**

## Admitido Inventário extrajudicial com testamento

Uma nova decisão tomada pela 10ª Vara de Família e Sucessões, do Fórum João Mendes Júnior, em São Paulo (SP), admite a facilidade da via extrajudicial para a realização da partilha de bens com testamento.

De acordo com os autos, afirma o veredicto que “desde que todos os herdeiros sejam maiores e capazes, não haja criação de fundações entre os herdeiros testamentários e estejam todos de acordo com a partilha, o inventário poderá ser feito de forma extrajudicial por escritura pública no correspondente Cartório de Notas nos termos do artigo nº 2.015 do Código Civil”.

No Estado de São Paulo a questão já foi regulamentada pelo provimento nº 40/2012 que em seu artigo 129 prevê: “É possível a lavratura de escritura de inventário e partilha nos casos de testamento revogado ou caduco ou quando houver decisão judicial, com trânsito em julgado, declarando a invalidade do testamento.

Segundo o presidente da Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná (Anoreg-PR) e vice-presidente do Colégio Notarial do Paraná (CNB-PR), Angelo Volpi Neto, “nunca entendemos a razão da vedação de inventário extrajudicial por testamento incluída na lei nº 11.441. Afinal, se os herdeiros são maiores e capazes e concordam com a disposição testamentária não há razão para obrigar o inventário judicial, muito menos se ele já caducou, ou seja, suas disposições perderam a validade”, afirma.

Há até pouco tempo, partilhar bens e dívidas de um falecido entre os herdeiros tendia a ser algo demorado. Como a única via para

esse processo era judicial, a formulação de inventários se estendia por meses ou até anos, devido a entraves legais previstos no Código de Processo Civil e o grande volume de processos levados ao Judiciário.

Em 2007, porém, entrou em vigor a Lei nº 11.441, que permitiu a realização do inventário e partilha através de tabelionato. O mecanismo, chamado de extrajudicial ou administrativo, criou uma opção menos custosa e mais ágil para solucionar o problema.

“Em alguns casos, todas as questões relativas a um inventário extrajudicial podem estar resolvidas em um prazo de 15 a 30 dias, algo impensável quando a situação é levada aos tribunais”, afirma o vice-presidente da Anoreg-PR. Ele acrescenta que há um forte tendência em levar atos de jurisdição voluntária para os serviços notariais e registrais, preservando o Judiciário para a resolução de conflitos complexos e onde haja interesses de menores, como já acontece na maioria dos países.

Em São Paulo e no Rio de Janeiro os tabeliães já fazem a carta de sentença de autos judiciais com absoluto sucesso. Ou seja, os advogados têm agora a opção de retirar os autos da vara cível e levá-lo a um tabelião. “O Colégio Notarial do Paraná já encaminhou à Corregedoria uma proposta para que o mesmo seja feito em nosso Estado”, pontua Volpi Neto.

**PAINEL**

**28 ABR 2014**

### **Privilegiado**

Mesmo licenciado para ocupar cargo no Poder Executivo, deputado federal mantém a prerrogativa de foro perante o STF. O entendimento é do ministro Celso de Mello do STF.

### **Pedágio**

Empresa concessionária de rodovia é responsável pela segurança de quem utiliza as estradas e, por isso, deve indenizar motorista que teve seu carro danificado ao atropelar um cavalo na pista. A decisão é da 32ª Câmara de Direito Privado do TJ de São Paulo.

### **Leilão**

A União não responde pelo estado de bens leiloados pela Receita Federal, desde que no edital alerte que os arrematantes devem verificar a qualidade dos bens ou assumir o risco da sua aquisição. O entendimento é 2ª Vara Federal de Maringá (PR)

### **Suicídio**

Se um segurado se mata menos de dois anos após ter contratado um seguro de vida, cabe a seguradora provar que o suicídio foi premeditado. O entendimento é da 4ª Turma Cível do TJ do Distrito Federal.

## **BEMPARANÁ**

### **Consórcio**

Quem deixa antecipadamente um grupo de consórcio tem direito a receber parte do fundo de reserva, desde que haja saldo e a devolução seja feita de forma proporcional ao que foi pago. O entendimento é da 3ª Turma do STJ.

### **Militar**

Em concurso para policial militar, não é obrigatória a reserva de vagas para deficientes, pois as atividades militares são incompatíveis com limitações físicas. O entendimento é da Primeira Seção Especializada Cível do TJ da Paraíba.

### **Famílias**

O Family Business Network Brasil realiza hoje (28) em Porto Alegre, o 4º Encontro FBN de Famílias Empresárias. O programa destinado exclusivamente a membros de empresas familiares conta com a palestra do Dr. Marcelo M. Bertoldi, especialista em Direito Societário, sobre Acordos de Sócios.

28 ABR 2014

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Mantida condenação de Datena e Bandeirantes

A Rádio e TV Bandeirantes Ltda. e o apresentador José Luiz Datena deverão pagar a um oficial da Polícia Militar de São Paulo indenização de 30 salários mínimos por danos morais cometidos durante a apresentação do programa “Brasil Urgente”, em 2003. O ministro do STJ Villas Bôas Cueva (foto) rejeitou os recursos da emissora e do apresentador, que pretendiam rediscutir o caso na instância especial. Com isso, ficou mantida a decisão da Justiça paulista.

O caso teve origem em 2003, com a exibição no programa “Domingo Legal”, do SBT, de uma entrevista com supostos membros da facção criminosa PCC, durante a qual foram feitas ameaças de morte contra Datena.

Na sequência, Datena passou a dar cobertura intensiva às investigações policiais sobre a entrevista, que teria sido forjada pelo SBT como represália por reportagens do “Brasil Urgente” acerca de uma quadrilha de policiais que atuaria dentro da SPTrans, a empresa responsável pela gestão do sistema de ônibus na capital paulista.

26 ABR 2014

## TRIBUNA DO PARANÁ

# TST quer que todos paguem contribuição

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Antonio Levenhagen, defende que os sindicatos têm o direito de retirar uma parte do salário do trabalhador brasileiro, mesmo que ele não seja filiado, para arcar com as despesas da entidade de classe. O ministro é a favor de que a contribuição assistencial volte a ser descontada uma vez por ano de todos os trabalhadores, independentemente da filiação sindical.

Atualmente, o precedente normativo do TST só permite que a contribuição assistencial seja descontada do empregado sindicalizado. Assim como o imposto sindical - descontado na folha de pagamento de março e equivalente à remuneração de um dia de trabalho -, a contribuição assistencial também está prevista na Constituição e na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), mas não há definição legal sobre o valor e a forma como ela é descontada do salário do trabalhador.

A legislação trabalhista diz que esses fatores devem ser definidos por meio de acordo ou convenção coletiva, mas há casos em que sindicatos conseguiram arrecadar até 20% do salário-base de um mês do ano de cada um dos filiados. Ou seja, a contribuição tem muito mais impacto no caixa das entidades do que o imposto sindical. O Ministério do Trabalho não faz levantamento do valor total da contribuição sindical nem de como é feita a distribuição entre as entidades.

“Os sindicatos estão em polvorosa com esse precedente normativo. Se o acordo vale para todos, por que só o sindicalizado contribui e o outro trabalhador que vai receber os mesmos benefícios não contribui?”, questiona Levenhagen.

“Eles entram na negociação, conseguem vantagens para toda a categoria, mas só recebem a contribuição que serve para a manutenção da entidade daqueles que são sindicalizados. Os sindicatos não deixam de ter razão e isso acaba desmotivando na hora das negociações”.

### VELHA FÓRMULA

O normativo anterior do TST permitia que a contribuição assistencial fosse descontada de todos os trabalhadores, com exceção daqueles que redigiam um termo pedindo para não pagar. Para Levenhagen, o órgão da cúpula da Justiça do Trabalho deve retomar a discussão para, provavelmente, voltar à orientação que vigorava antes.